Manual de Participação do Acionista Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

31 de Outubro de 2023 – 14:00 horas

Sumário

1. Mensagem da administração **3**

2. Informações sobre assembleias gerais **4**

3. Orientações para a participação nas assembleias gerais 7

3.1 Acionistas 7

3.2 Procuradores 8

3.3 Voto a distância 8

4. Edital de convocação **10**

5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária **12**

Anexo I - Relatório Anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da auditoria e Declaração da Diretoria 14

Anexo II - Parecer do Conselho Fiscal **87**

Anexo III - Ata de reunião do Conselho de Administração **88**

Anexo IV - Comentários dos administradores relativos à situação financeira da companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481/09 ..... **92**

Anexo V - Proposta da diretoria para destinação do lucro líquido **118**

Anexo VI - Informações sobre a remuneração dos administradores **122**

Anexo VII - Currículo dos candidatos e as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência **129**

Anexo IX - Boletim de voto à distância **143**

1. Mensagem da administração

Caxias do Sul (RS), 02 de outubro de 2023.

Prezados acionistas,

Temos o prazer de convidá-los para participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (AGO/E), que serão realizadas as 14:00 horas do dia 31 de outubro de 2023, em formato presencial na sede social da Companhia, localizada na cidade de Caxias do Sul (RS), Estrada Estadual RSC 453, km 2,4, e em formato digital, através da plataforma eletrônica "Microsoft Teams".

Os assuntos a serem apreciados na AGO/E estão descritos nos Editais de Convocação publicados nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia e disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia - www.pettenati.com.br, da CVM - www.cvm.gov.br e da B3 Brasil, Bolsa, Balcão - www.b3.com.br.

Este manual contempla os documentos referidos na Instrução CVM 481/09 e outras informações complementares sobre as matérias incluídas na ordem do dia, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto, possibilitando aos acionistas participar da discussão de questões relevantes para a Companhia.

Atenciosamente,

Carla Francisca Pettenati
Presidente do Conselho de Administração
Diretora Comercial

2. Informações sobre assembleias gerais

As matérias relativas às assembleias gerais estão regulamentadas nos Artigos 121 a 137 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e nos Artigos 34 a 39 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das assembleias gerais é realizada mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. O prazo mínimo de antecedência da primeira convocação será de 21 (vinte e um) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.

As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

2.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

As sociedades anônimas devem realizar a Assembleia Geral Ordinária nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, fixando-lhes ainda a remuneração.

Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, nos termos do disposto na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 481/09, serão disponibilizados aos acionistas:

(a) relatório anual dos administradores;

(b) cópia das demonstrações financeiras e Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFPs;

(c) comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;

(d) parecer dos auditores independentes;

(e) parecer do Conselho Fiscal e votos dissidentes (se for o caso);

(f) proposta de destinação do lucro líquido, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09;

(g) informações indicadas no Artigo 10 da Instrução CVM 481/09, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores; e,

(g) a proposta de remuneração dos administradores e as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

2.2 Assembleia Geral Extraordinária – AGE

A assembleia geral extraordinária será realizada sempre que os interesses sociais o exigirem e, quando tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, podendo instalar-se com qualquer número em segunda convocação. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia geral extraordinária serão disponibilizados aos acionistas, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da respectiva assembleia.

2.3 Conselho de administração

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de membros do conselho de administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho. É reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presenças", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do conselho de administração.

De acordo com a Lei, acionistas titulares de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto poderão exercer este direito. No entanto, a CVM, com a edição da Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, estabeleceu uma escala que varia de acordo com o valor do capital social. Na Companhia este percentual é de 7% (sete por cento).

Observadas as condições previstas nos § 4º e 5º do Artigo 141 da Lei 6.404/76, é facultado (i) aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto e (ii) aos preferencialistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, eleger, em votação em separado, até dois membros do Conselho de Administração. Caso nem os acionistas minoritários e nem os acionistas preferencialistas perfizerem, respectivamente, os percentuais acima, ser-lhe-á facultado agregar suas ações para eleger em conjunto um membro para o conselho de administração, observando-se, nessa hipótese, o percentual de 10% (dez por cento) do capital social. Para tanto, deverão comprovar a titularidade ininterrupta das referidas participações acionárias, durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGO.

2.4 Conselho fiscal

As sociedades anônimas terão um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas.

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO. De acordo com a Lei 6404/76, acionistas titulares de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações preferenciais poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. A CVM, pela Instrução CVM nº 324, de 19 de dezembro de 2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representarem, no mínimo, 6% (oito por cento) das ações ordinárias ou 3% (quatro por cento) das ações preferenciais.

Conforme preceitua a Lei 6404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 6% (oito por cento) ou mais das ações ordinárias.

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

2.5 Remunerações

Cabe a assembleia geral fixar o montante, global ou individual, da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta

suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

3. Orientações para a participação nas assembleias gerais

3.1 Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar da assembleia geral das seguintes formas: ***a)*** comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto; ***b)*** através do boletim de voto a distância; ou ***c)*** de forma virtual através da plataforma eletrônica "Microsoft Teams", conforme instruções contidas na Proposta da Administração, levando em conta a espécie de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

Para participar e votar nas referidas assembleias, de forma presencial, os acionistas deverão apresentar os documentos abaixo:

Acionista Pessoa Física:

a) Documento de identificação com foto e CPF do acionista; e
b) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

a) Documento de identificação com foto e CPF do representante legal;
b) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária;
c) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
d) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;
e) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item (iv) acima.

Acionista representados por procurador:

a) Documento de identificação com foto e CPF do procurador presente;
b) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária;

Procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral, conforme exigência legal (artigo 126, § 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os quotistas.

Para participar e votar na assembleia através do formato digital, os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) Enviar solicitação para o endereço eletrônico ri@pettenati.com.br, até as 14h00min do dia 29 de outubro de 2023, solicitando confirmação de recebimento, manifestando seu interesse em participar da assembleia, contendo no assunto: 'Solicitação de Acesso para AGOE de 31/10/2023'

(ii) A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que participará da assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, telefone e endereço de e-mail do solicitante e a seguinte documentação:

Acionista Pessoa Física:

c) Documento de identificação com foto e CPF do acionista; e
d) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

f) Documento de identificação com foto e CPF do representante legal;

g) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária;

h) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;

i) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;

j) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item (iv) acima.

Acionista representados por procurador:

c) Documento de identificação com foto e CPF do procurador presente;

d) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária;

e) Procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral, conforme exigência legal (artigo 126, § 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os quotistas.

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas nas assembleias gerais, a Companhia adotará o sistema de votação a distância e, para exercer o seu direito de voto a distância, o acionista deverá, preferencialmente, transmitir as instruções de preenchimento por meio dos respectivos agentes de custódia (caso as ações estejam depositadas em depositário central) ou, à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração, sendo-lhe facultado o envio diretamente à Companhia, conforme instruções no item 3.3 abaixo.

Serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante a Assembleia via plataforma eletrônica "Microsoft Teams", conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09.

Antes de se instalarem as assembleias gerais, os acionistas que participarão presencialmente assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, a quantidade e o tipo de ações de que forem titulares.

O participante devidamente cadastrado, que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à Assembleia Geral (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo primeiro da ICVM 481.

3.2 Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador de companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento da firma do outorgante em tabelionato de notas. Os acionistas poderão outorgar procuração com textos variados, desde que estejam de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro. As procurações lavradas em idioma estrangeiro, antes de seu encaminhamento à Companhia, deverão ser traduzidas para o português por tradutor juramentado. Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidadeda procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais.

3.3 Voto a distância

A partir de 2018, a adoção do boletim de voto à distância se tornou obrigatória para todas as companhias abertas e autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores. Dessa forma, foi disponibilizado o boletim de voto a distância referentes à Assembleia

Geral pela Companhia, na presente data, na página da Companhia www.pettenati.com.br, da CVM - www.cvm.gov.br e da B3 Brasil, Bolsa, Balcão - www.b3.com.br, da rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual, estando ainda, anexo a este Manual, como Anexo VIII, o qual contém as matérias constantes da ordem do dia AGO/E.

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá, preferencialmente, transmitir as instruções de preenchimento por meio dos respectivos agentes de custódia (caso as ações estejam depositadas em depositário central) ou à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração, sendo-lhe facultado o envio diretamente à Companhia.

(a) Por meio do agente de custódia ou instituição escrituradora: o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do seu respectivo agente de custódia, deverá transmitir as suas instruções de voto, até 7 dias antes da data de realização da AGO/E, com observância das regras determinadas pelo agente de custódia, que encaminhará referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Os acionistas deverão entrar em contato (i) com os seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (ii) com a Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. A central depositária da B3 desconsiderará quaisquer instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas por uma mesmo acionista, considerando, para tanto, o seu número de inscrição no CNPJ ou CPF.

(b) Diretamente à Companhia: caso o acionista opte por enviar o Boletim diretamente para a Companhia, deverá encaminhar os documentos abaixo relacionados, para o endereço da Companhia, RSC 453, KM 2,4, s/n, Caxias do Sul, RS, A/C Relações com investidores, devendo o acionista assegurar que a Companhia os receba em até 7 (sete) dias da data da realização da AGO/E:

(i) via física do Boletim de voto, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e,

(ii) cópias dos seguintes documentos: (a) pessoas físicas: documento de identidade com fotografia do acionista; (b) pessoas jurídicas: último estatuto ou contrato social consolidado, os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com fotografia do representante legal; (c) para fundos de investimento: o último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação e documento de identidade com fotografia do representante legal.

A Companhia recomenda que os documentos originários de outros países, lavrados em outros idiomas que não o português, sejam acompanhados da respectiva tradução juramentada e a legalização consular, nos termos do Decreto 8.660/2016.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com fotografia: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida.

Caso seja de interesse do acionista enviar os boletins de voto a distância por correio eletrônico, os boletins deverão ser enviados para o e-mail ri@pettenati.com.br, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. Entretanto, as vias originais dos boletins de voto a distância e dos documentos de suporte para participação na assembleia devem ser recebidas pela Companhia no prazo de 7 (sete) dias acima previsto.

4. Edital de Convocação

O Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de outubro de 2022, será publicado nas edições de 09 de outubro, 16 e 23 de outubro de 2023, nos jornais "Pioneiro", de Caxias do Sul, cujo teor está transcrito a seguir:

PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL
Companhia de Capital Aberto
CNPJ/MF 88.613.658/0001-10 - NIRE 43300003272

CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada as 14hs do dia 31 de outubro de 2023, em formato presencial na sede social da empresa, localizada na Rodovia Estadual RSC 453, km 2,4, na cidade de Caxias do Sul (RS), e em formato digital, através da plataforma eletrônica "Microsoft Teams", com a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do relatório dos auditores independentes e do parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023;
b. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
c. Eleger os membros do Conselho de Administração; e conselho fiscal, se for o caso;
d. Deliberar sobre a remuneração mensal global dos administradores e do Conselho Fiscal, se eleito;
e. Deliberar sobre a participação nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023 aos diretores no montante de R$ 1.000.000,00.

Em Assembleia Geral Extraordinária

a) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 15.000.000,00 e em vista disso atualizar o Artigo 5º do Estatuto Social;

Instruções Gerais:

Participação presencial:

Para participar e votar nas referidas Assembleias os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante;

(ii) caso os acionistas sejam representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador de Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos;

(iii) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações;

Participação digital:

Para participarem virtualmente da Assembleia Geral por meio da plataforma eletrônica "Microsoft Teams" os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar para o endereço eletrônico ri@pettenati.com.br, mediante solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGO/E, ou seja, até as 14hs do dia 29 de outubro de 2023, a manifestação de interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema, contendo no assunto: 'Solicitação de Acesso para AGOE de 31/10/2023'. A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que participará da Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, telefone e endereço de e-mail do solicitante e os mesmos documentos comprobatórios relacionados no item 'participação presencial'.

Voto a distância:

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os acionistas participem da AGO/E, mediante o preenchimento e entrega do respectivo Boletim de Voto à Distância aos agentes de custódia (corretoras), ao escriturador, ou, diretamente à Companhia, até o dia 24 de outubro de 2023.

Serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante a Assembleia via plataforma eletrônica "Microsoft Teams".

Informações complementares e documentos relativos à Assembleia:

As informações complementares e orientações para a participação dos acionistas na Assembleia e o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia, inclusive orientações sobre o acesso à plataforma eletrônica "Microsoft Teams", estão contidas no Manual para Participação dos Acionistas e estão à disposição no site da Companhia www.pettenati.com.br e nas páginas da rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), www.cvm.gov.br e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão www.b3.com.br.

Caxias do Sul (RS), 09 de outubro de 2023.

Carla Francisca Pettenati
Presidente do Conselho de Administração

5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária eExtraordinária de 31 de outubro de 2023 e publicações.

Todos os documentos relativos a ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br; da B3 Brasil, Bolsa e Balcão, www.b3.com.br e no site da companhia www.pettenati.com.br.

Assembleia Geral Ordinária – AGO (documentos e informações)

(a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do relatório dos auditores independentes e do parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023;

Anexo I – Relatório Anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras Auditadas com o Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda e Declaração daDiretoria.

Anexo II – Parecer do Conselho Fiscal

Anexo III – Ata de Reunião do Conselho de Administração

Anexo IV – Comentários dos Administradores relativos à situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência

Os documentos acima referidos foram publicados e/ou enviados para arquivo junto a CVM e a B3 Brasil, Bolsa, Balcão nas seguintes datas:

Anexo I – foram publicados nos jornais "Pioneiro", de Caxias do Sul, no dia 29/09/2023;
Anexo II – enviados no dia 29/09/2023;
Anexo III – enviados no dia 29/09/2023;
Anexo IV – enviados no dia 28/09/2022.

(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro do exercício, bem como distribuição de dividendos;

Em 28 de setembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a proposta para destinação do resultado do exercício, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009, a qual foi enviada a CVM e a B3 Brasil, Bolsa, Balcão no dia 02/10/2023.

Anexo III – Ata do Conselho de Administração que aprovou a proposta para destinação do resultado do exercício.

(c) Eleger os membros do conselho de administração;

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho de Administração compareçam na AGO/E munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as regras e condições de eleição. A acionista controladora Gladium Administração e Participações Ltda. propõe a eleição de 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração, sendo indicados: Carla Francisca Pettenati e Cláudio José Rossi. O documento constante do art. 10 da Instrução CVM 481/2009 foi enviado

a CVM e a B3 Brasil, Bolsa, Balcão no dia 29/09/2023.

Anexo VII - Currículos dos candidatos

(d) Deliberar sobre a remuneração mensal global dos Administradores e do Conselho Fiscal, se eleito;

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 compete à assembleia geral fixar a remuneração dos administradores. Após definidos os montantes globais pela AGO/E, o Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

Conselho fiscal: na companhia, não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO. Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.
A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareçam à assembleia munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as regras e condições de eleição.
Nesse sentido, caso os acionistas preferencialistas peçam a instalação do Conselho Fiscal, a acionista controladora Gladium Administração e Participações Ltda., proporá a eleição de dois membros titulares: Zulmar Neves e Theodoro Firmbach e dois membros suplentes: João Carlos Franzói Basso e Gabriela Mancuso Firmbach.

Anexo VI – Informações sobre a remuneração dos administradores – enviada a CVM e a B3 Brasil, Bolsa, Balcão no dia 29/09/2023.

Anexo VII – Currículos dos candidatos e as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, enviada a CVM e a B3 Brasil, Bolsa, Balcão no dia 29/09/2023.

(e) Participação nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023 aos diretores no montante de R$ 1.000.000,00.

Assembleia Geral Extraordinária – AGE (documentos e informações)

a) Aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 15.000.000,00 e em vista disso atualizar o Artigo 5º do Estatuto Social;

Anexo I

Relatório Anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras Auditadas com o Relatório dos auditores e Declaração da Diretoria.

Mensagem da Administração

No exercício de 2022/2023, começamos o ano cientes de que enfrentaríamos desafios importantes. O cenário global, marcado por grandes altas de inflação, levou os Bancos Centrais a elevarem fortemente as taxas de juros, resultando em desaceleração econômica tanto no Brasil quanto no mundo. Além disso, a guerra em curso na Ucrânia impactou com aumento dos preços das commodities, alimentos e combustíveis. No Brasil, o período eleitoral foi marcado por incertezas adicionais.

Em relação ao desempenho de nossas operações no Brasil, **nesse exercício atingimos uma receita bruta total de R$ 408.620 mil**, com dois cenários distintos para confecção e tecidos. **Na Unidade de Confecção**, registramos um **crescimento de 16,6% no volume de peças faturadas em relação ao ano anterior**. No entanto, **nos tecidos**, enfrentamos uma **redução de 15,5% no volume de toneladas faturadas**, principalmente devido às temperaturas mais altas no inverno e aos estoques elevados de nossos clientes. As projeções divulgadas no relatório 3T22/23 já indicavam a manutenção desse desempenho e consequente nível de resultados, sem crescimento de produção e vendas para o 4T22/23.

Na **operação da confecção,** destacamos **o notável crescimento de 33% no faturamento** em relação ao ano anterior, que representa agora **21,4% de participação** no faturamento total do Brasil. Esse crescimento mostra não só o volume crescente de produção e vendas, mas também aumento do valor agregado, com vendas maiores em itens mais especializados e sofisticados.

Esse sucesso é resultado dos investimentos e planejamento estratégicos em capacidade de produção, beneficiado pela demanda de clientes que adotaram uma estratégia de nacionalização da produção e expansão de seus canais de venda digitais.

Apesar de um cenário de retração nas vendas de tecidos no Brasil, a Pettenati fez investimentos substanciais na melhoria de processos e atualização tecnológica. Destacamos o **Projeto do Armazém Inteligente Pettenati**, uma parceria com a empresa Auttom, do grupo Randoncorp, especializada em automação industrial. Esse projeto é uma **solução inovadora de intralogística,** aplicando tecnologias como automação, inteligência artificial e robótica, alinhadas com a nossa filosofia de gestão Lean Manufacturing. Aplicamos a **melhor tecnologia** para o **gerenciamento automatizado de estoque,** ampliando a conectividade e integração com sistemas de **inteligência de dados em tempo real (WMS)**, interligando a produção por meio de **movimentação de cargas** com **transelevadores**, **sistemas trailers** e **robô autônomo industrial** (AMR's) de última geração.

O **Armazém inteligente Pettenati** terá um impacto impressionante na **gestão da expedição de mercadorias**, melhorando em 45% **a produtividade**, promovendo a redução de 70% nos **custos internos**

de movimentação de estoques e **otimização do espaço físico e a redução dos impactos ambientais,** como redução no consumo de energia, combustível e emissões atmosféricas. Além disso, proporcionará um ambiente de trabalho **mais seguro** e com **menor risco ergonômico operacional** para os nossos profissionais. Este é um projeto importante na construção de nossa **indústria 4.0,** que impulsiona a Pettenati rumo ao propósito de liderar a inovação têxtil global.

Além de tudo, a Pettenati continua **investindo em máquinas e equipamentos** para modernizar seu parque fabril, buscando **maior eficiência energética**, **produtividade** e **digitalização dos processos**. Esses investimentos têm por objetivo **revisar e padronizar processos chaves**, **procedimentos** e **políticas** em nossa matriz e em nossa controlada em El Salvador, contribuindo para **maior eficiência e agilidade**, **evolução da governança** e **aumento da competitividade** da empresa.

É com orgulho que destacamos a conquista da pontuação de **81% do *Higg Index*** no **Módulo Ambiental para Instalações Industriais Têxteis** na Unidade de Tecidos Brasil. **(A PTCA – Unidade de Tecidos Centro America,** já é verificada há três anos seguidos, sendo a última pontuação de **93%!)**. A Pettenati **possui as melhores notas de certificação**, o que resulta em uma **posição de referência** da empresa no mercado global. O ***Higg Index*** é uma **ferramenta de avaliação internacional** voltada para a infraestrutura e gestão das operações com o objetivo **mensurar impactos ambientais na cadeia**, com a **padronização de medições de sustentabilidade em escala industrial**. Desta forma, o sistema permite uma **visão compartilhada dos índices de desempenho de sustentabilidade** com metas alinhadas com **mercado têxtil global**.

Esta é mais uma de nossas importantes melhorias alinhadas com o nosso **planejamento estratégico** e compromisso de construir uma **cultura sólida e abrangente, baseada nos princípios de ESG** (Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança).

A controlada Pettenati El Salvador merece destaque no ano, **alcançou um faturamento recorde de 101.277 mil dólares**, **equivalente a R$ 519.705 mil**. Apesar do cenário internacional e do mercado de varejo americano retraído, devido às altas taxas de juros e à redução do consumo, a operação de El Salvador manteve os volumes de faturamento quando comparado com o ano de 2021/2022.

A margem bruta e margem EBITDA apresentaram crescimento relevante, como pode ser observado nos números que serão apresentados em nosso relatório.

Encerramos o ano com conquistas notáveis, apresentando crescimento de margem bruta e Ebitda, e realizamos o **maior volume de investimentos da história em nossas plantas fabris, totalizando R$ 86.807 mil, um crescimento de 46%** em relação ao ano anterior, principalmente em instalações, máquinas e equipamentos, focando na digitalização e automatização dos processos.

Ainda assim, apresentamos uma redução no nível de endividamento líquido nos últimos trimestres, **finalizando o ano com 0,9 vezes em relação ao Ebitda contra 1,4 vezes** no final do exercício 2021/2022.

Convidamos a todos a visitar nosso website www.pettenati.com.br/ para acessar mais informações com novos conteúdos sobre Quem Somos, nossa estrutura organizacional, atuação e os movimentos que tornaram a Pettenati uma grife no setor têxtil. Destacamos os principais clientes atuais em toda a

América, evidenciando nossa presença, relevância e a confiança do mercado nacional e internacional. Além disso, demonstramos como estamos construindo uma cultura sólida e abrangente baseada nos princípios de ESG, alinhando-os aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Pacto Global das Nações Unidas e seus princípios como parte da estratégia, cultura e operações diárias de nossa empresa. Os esforços que norteiam nossa gestão em sustentabilidade com certificações e programas internacionais, enfatizando o rigoroso monitoramento e auditorias, que garantem a transparência e segurança para melhorar as práticas e o desempenho da empresa. Também abordamos as iniciativas dedicadas à Nossa Gente, pessoas que fazem parte da nossa história e como estamos empenhados em construir um excelente ambiente de trabalho para todos.

Apresentando a seguir os resultados do Exercício findo, queremos agradecer a todos nossos stakeholders e, em especial aos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e acionistas pelo apoio e a confiança depositados na Pettenati.

Estamos comprometidos em agregar valor aos nossos produtos, alcançar melhores resultados aos nossos acionistas, mantendo o nosso compromisso com a sustentabilidade. Contamos com o apoio contínuo de todos vocês para construir um futuro promissor e sustentável para Pettenati e para todos. Seu apoio é fundamental para nosso sucesso contínuo e profundamente apreciado.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Volume de Produção e Vendas

Performance de Mercado		Controladora			Consolidado		
		2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Produção	**Tecidos (ton)**	**5.678**	**6.342**	***-10,5%***	**13.428**	**14.053**	***-4,4%***
	Confecção (mil peças)	**1.666**	**1.420**	***17,3%***	**1.666**	**1.420**	***17,3%***
Vendas Mercado Interno	Tecidos (ton)	4.695	5.445	*-13,8%*	9.476	10.167	*-6,8%*
	Confecção (mil peças)	1.578	1.359	*16,2%*	1.578	1.359	*16,2%*
Vendas Mercado Externo	Tecidos (ton)	302	465	*-35,1%*	3.101	3.357	*-7,6%*
	Confecção (mil peças)	76	59	*27,8%*	76	59	*27,8%*
Total Vendas	**Total VendaTecidos**	**4.997**	**5.910**	***-15,5%***	**12.577**	**13.524**	***-7,0%***
	Total Venda Confecção	**1.654**	**1.418**	***16,6%***	**1.654**	**1.418**	***16,6%***

Principais Números e Indicadores

Principais Números (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Receita Bruta Total	**408.620**	**425.812**	***-4,0%***	**928.325**	**928.542**	***0,0%***
Receita Bruta Tecidos	321.155	360.049	*-10,8%*	840.860	862.779	*-2,5%*
Receita Bruta Confecções	87.465	65.764	*33,0%*	87.465	65.764	*33,0%*
Receita Mercado Interno	383.845	397.013	*-3,3%*	383.845	360.049	*6,6%*
Receita Mercado Externo	24.775	28.799	*-14,0%*	544.480	568.494	*-4,2%*
Receita Líquida	**332.024**	**345.985**	***-4,0%***	**841.157**	**844.013**	***-0,3%***
Lucro Bruto	**60.665**	**67.008**	***-9,5%***	**142.993**	**137.249**	***4,2%***
Margem Bruta	*18,3%*	*19,4%*	*-1,1 p.p*	*17,0%*	*16,3%*	*0,7 p.p*
Lucro Líquido	**48.998**	**67.508**	***-27,4%***	**48.998**	**67.508**	***-27,4%***
Margem Líquida	*14,8%*	*19,5%*	*-4,8 p.p*	*5,8%*	*8,0%*	*-2,2 p.p*
Ebitda Ajustado	**19.912**	**21.134**	***-5,8%***	**108.232**	**99.137**	***9,2%***
Margem Ebitda Ajustado	*6,0%*	*6,1%*	*-0,1 p.p*	*12,9%*	*11,7%*	*1,1 p.p*
Patrimônio Líquido	**363.408**	**336.080**	***8,1%***	**432.390**	**414.166**	***4,4%***
Investimentos	**46.698**	**31.823**	***46,7%***	**86.806**	**59.473**	***46,0%***
Endividamento Líquido	**10.379**	**18.409**	***-43,6%***	**95.704**	**142.419**	***-32,8%***

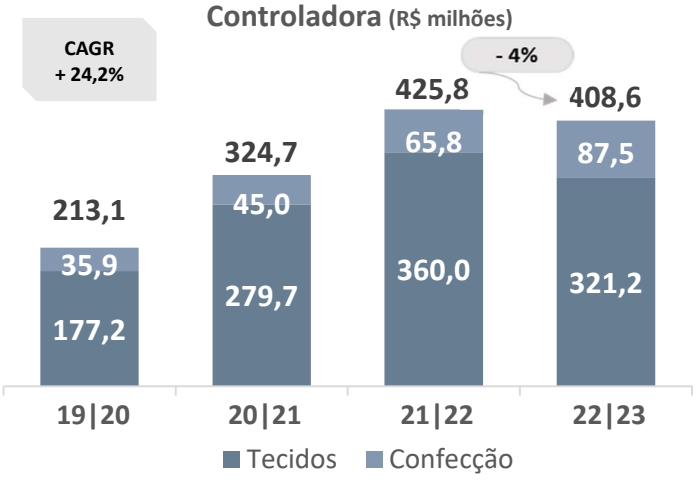
Desempenho Econômico-Financeiro

DRE (R$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Receita bruta	408.620	425.812	*-4,0%*	928.325	928.542	*0,0%*
Deduções de venda	(76.596)	(79.827)	*-4,0%*	(87.167)	(84.529)	*3,1%*
Receita líquida	**332.024**	**345.985**	***-4,0%***	**841.157**	**844.013**	***-0,3%***
Custo do produto vendido	(271.359)	(278.977)	*-2,7%*	(698.164)	(706.764)	*-1,2%*
% sobre ROL	*-81,7%*	*-80,6%*	*-1,0 p.p*	*-83,0%*	*-83,7%*	*0,7 p.p*
Lucro bruto	**60.665**	**67.008**	***-9,5%***	**142.993**	**137.249**	***4,2%***
% sobre ROL	*18,3%*	*19,4%*	*-1,1 p.p*	*17,0%*	*16,3%*	*0,7 p.p*
Despesas operacionais	**(59.359)**	**(58.298)**	***1,8%***	**(79.720)**	**(78.306)**	***1,8%***
% sobre ROL	*-17,9%*	*-16,8%*	*-1,1 p.p*	*-9,5%*	*-9,3%*	*-0,2 p.p*
Outras receitas líquidas	**10.309**	**28.941**	***-64,4%***	**23.639**	**34.656**	***-31,8%***
Resultado operacional antes das participações societárias e financeiras	**11.614**	**37.651**	***-69,2%***	**86.912**	**93.599**	***-7,1%***
Equivalência patrimonial	**46.194**	**34.462**	***34,0%***	**0**	**0**	***0,0%***
Resultado financeiro	**5.721**	**21.891**	***-73,9%***	**(3.772)**	**15.038**	***-125,1%***
Resultado antes dos impostos IRPJ e CSLL	**63.529**	**94.005**	***-32,4%***	**83.140**	**108.637**	***-23,5%***
% sobre ROL	*19,1%*	*27,2%*	*-8,0 p.p*	*9,9%*	*12,9%*	*-2,9 p.p*
Imposto IRPJ e CSLL	(14.531)	(26.497)	*-45,2%*	(14.533)	(26.500)	*-45,2%*
Resultado antes das participações	**48.998**	**67.508**	***-27,4%***	**68.607**	**82.137**	***-16,5%***
Participação sócios não controladores	0	0	*0,0%*	(19.609)	(14.629)	*34,0%*
Resultado líquido	**48.998**	**67.508**	***-27,4%***	**48.998**	**67.508**	***-27,4%***
% sobre ROL	*14,8%*	*19,5%*	*-4,8 p.p*	*5,8%*	*8,0%*	*-2,2 p.p*
Lucro por ação	1,02	1,41	*-27,4%*	1,02	1,41	*-27,4%*

Receitas

Controladora

A receita bruta da Controladora acumulada no exercício 22/23 foi de R$ 408.620 mil, com uma redução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita da operação de tecidos foi de

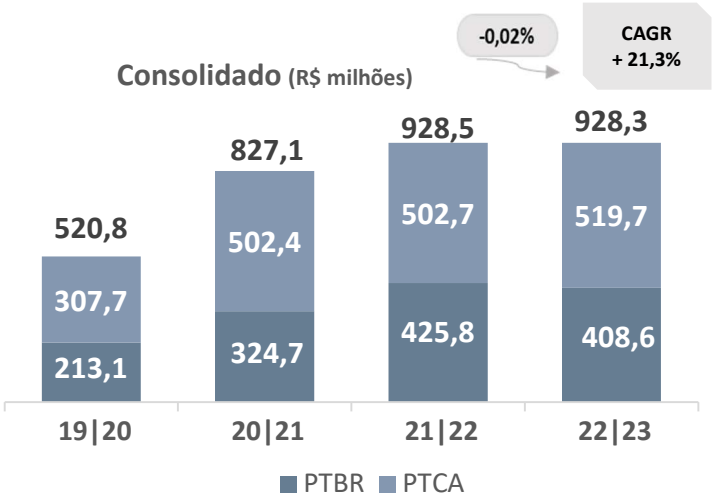


R$ 321.155 mil, sendo 10,8% menor que o período anterior, enquanto a receita da confecção totalizou R$ 87.465 mil, apresentando um crescimento de 33% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O desempenho da receita destaca-se, principalmente pelo incremento de 16,6% no volume de vendas da confecção, ampliando a participação no total da receita bruta de 15,4% no acumulado do ano anterior para 21,4% no exercício de 22/23.

Com relação ao segmento de tecidos, a redução observada no volume faturado da Controladora em 15,5%, foi afetado pelo inverno com temperaturas mais altas, principalmente na região sul e sudeste do país, além de volumes elevados de estoques do mercado de confecções e varejo. A queda no faturamento de tecidos foi compensada em parte pelo desempenho da confecção, com o incremento do volume faturado, aliado ao aumento do preço médio praticado, com maior demanda por produtos de maior valor agregado.

Consolidado

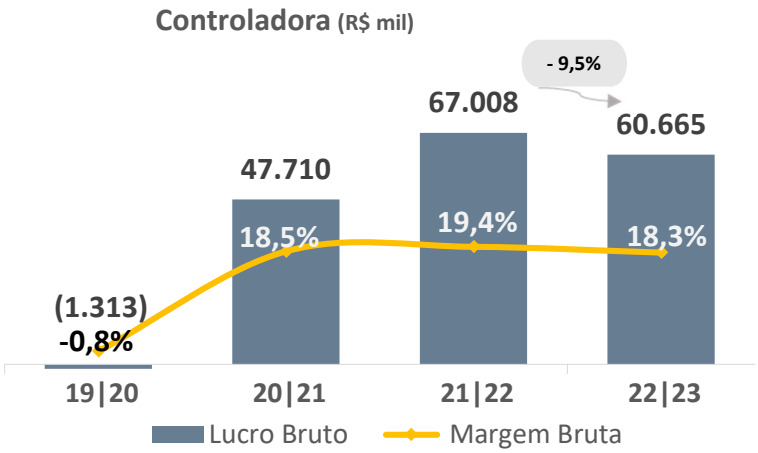
A receita bruta consolidada da Companhia no exercício de 22/23 atingiu o montante de **R$ 928.325 mil** em comparação aos **R$ 928.542 mil** do período anterior, praticamente sem variação. A redução no faturamento da Controladora foi compensada pelo incremento de **3,4%** na receita da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. A receita bruta da Controlada no período foi de R$ 519.705 mil, representando 56% do montante da receita consolidada da Pettenati. O aumento da receita está relacionado a recuperação do preço médio em relação ao exercício anterior e o desempenho constante no volume de vendas de tecidos que totalizou 7.580 toneladas no período, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 21/22. Destacamos o recorde de receita em dólar da Controlada em El Salvador no período de 22/23, de 101.277 mil dólares, apresentando um incremento de 4,4% em relação ao ano anterior.



Lucro Bruto

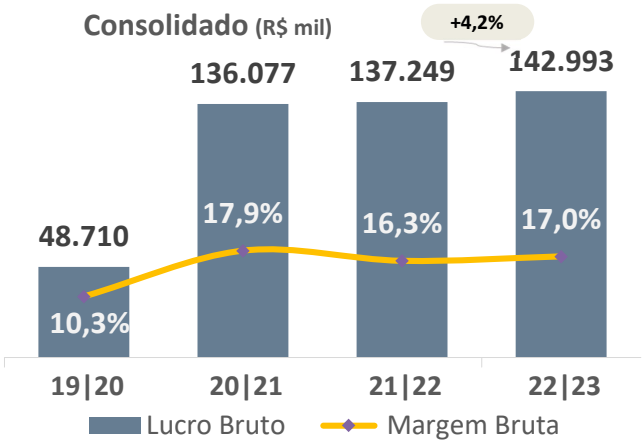
Controladora

O lucro bruto acumulado da Controladora em 22/23 atingiu R$ 60.665 mil, sendo 9,5% inferior aos R$ 67.008 mil apresentados no ano anterior. A margem bruta do período foi de 18,3%, ficando 1,1 p.p. abaixo do exercício 21/22. A redução do lucro bruto está relacionada à queda da receita e volume de tecidos. Mesmo com a queda, destacamos a capacidade da empresa em manter os níveis de margem saudáveis, conforme demonstra o histórico dos últimos 3 anos da empresa, o que evidencia o intenso trabalho para manutenção de custos e busca por melhor desempenho operacional.



Consolidado

O lucro bruto consolidado no exercício de 22/23 totalizou o montante recorde de R$ 142.993 mil, superando em R$ 5.745 mil o lucro bruto do mesmo período do ano anterior. Destacamos a margem bruta de 17%, com incremento de 0,7 p.p em relação ao período anterior. O crescimento no lucro bruto consolidado deu-se pelo crescimento de 2,1 p.p na margem bruta da Controlada. A melhora das margens na Controlada deve-se principalmente à recuperação no preço médio e otimização operacional da empresa no período, com consequente redução nos custos de produção. Com isso a margem bruta aumentou de 14,1% para 16,2% no exercício 22/23.



EBITDA

EBITDA (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Lucro Líquido	48.998	67.508	*-27,4%*	48.998	67.508	*-27,4%*
Minoritários	-	-	*n/a*	19.609	14.629	*34,0%*
IRPJ e CSLL	14.531	26.497	*-45,2%*	14.533	26.500	*-45,2%*
Resultado Financeiro Líquido	(5.721)	(21.891)	*-73,9%*	3.772	(15.038)	*-125,1%*
EBIT	**57.808**	**72.114**	***-19,8%***	**86.912**	**93.599**	***-7,1%***
Depreciações e Amortizações	8.298	5.404	*53,6%*	29.289	27.459	*6,7%*
EBITDA	**66.106**	**77.518**	***-14,7%***	**116.201**	**121.058**	***-4,0%***
Margem EBITDA	*19,9%*	*22,4%*	*-2,5 p.p*	*13,8%*	*14,3%*	*-0,5 p.p*
Equivalência Patrimonial	(46.194)	(34.462)	*34,0%*	-	-	*n/a*
Eventos Não Recorrentes *	-	(21.921)	*-100,0%*	(7.970)	(21.921)	*-63,6%*
EBITDA Ajustado	**19.912**	**21.134**	***-5,8%***	**108.232**	**99.137**	***9,2%***
Margem EBITDA Ajustado	*6,0%*	*6,1%*	*-0,1 p.p*	*12,9%*	*11,7%*	*1,1 p.p*

* Valores não recorrentes da PTCA: + R$ 11.204 mil: reversão de provisões de passivo laboral
- R$ 3.234 mil: reconhecimento de obsolecência de estoques

EBITDA (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Lucro Líquido	48.998	67.508	*-27,4%*	48.998	67.508	*-27,4%*
Minoritários	-	-	*n/a*	19.609	14.629	*34,0%*
IRPJ e CSLL	14.531	26.497	*-45,2%*	14.533	26.500	*-45,2%*
Resultado Financeiro Líquido	(5.721)	(21.891)	*-73,9%*	3.772	(15.038)	*-125,1%*
EBIT	**57.808**	**72.114**	***-19,8%***	**86.912**	**93.599**	***-7,1%***
Depreciações e Amortizações	8.298	5.404	*53,6%*	29.289	27.459	*6,7%*
EBITDA	**66.106**	**77.518**	***-14,7%***	**116.201**	**121.058**	***-4,0%***
Margem EBITDA	*19,9%*	*22,4%*	*-2,5 p.p*	*13,8%*	*14,3%*	*-0,5 p.p*
Equivalência Patrimonial	(46.194)	(34.462)	*34,0%*	-	-	*n/a*
Eventos Não Recorrentes *	-	(21.921)	*-100,0%*	(7.970)	(21.921)	*-63,6%*

EBITDA Ajustado	**19.912**	**21.134**	***-5,8%***	**108.232**	**99.137**	***9,2%***
Margem EBITDA Ajustado	*6,0%*	*6,1%*	*-0,1 p.p*	*12,9%*	*11,7%*	*1,1 p.p*

* Valores não recorrentes da PTCA: + R$ 11.204 mil: reversão de provisões de passivo laboral

- R$ 3.234 mil: reconhecimento de obsolecência de estoques

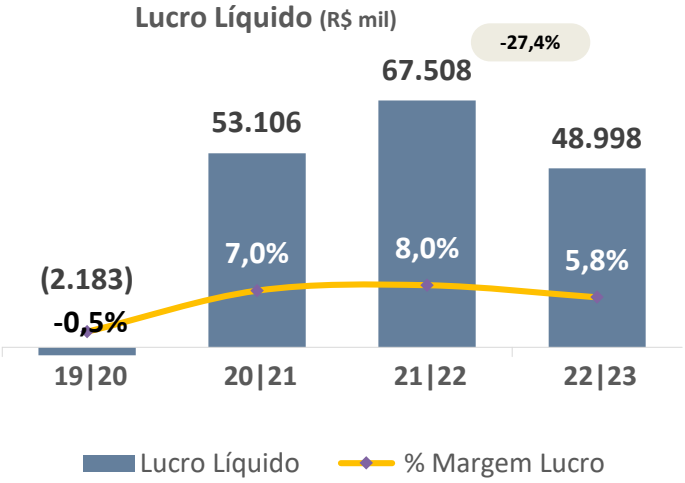
Controladora

O EBITDA ajustado sem equivalência da Controladora atingiu R$ 19.913 mil no ano de 22/23, com uma redução de R$ 1.222 mil comparado ao período anterior, em função da queda do volume de vendas de tecidos. A margem do EBITDA ajustado foi de 6,0%, permanecendo estável em relação ao exercício de 21/22.

Consolidado

O EBITDA ajustado consolidado atingiu o valor de R$ 108.232 mil, ficando R$ 9.095 mil acima do mesmo período do exercício anterior, impulsionado pelo desempenho da Controlada que foi de R$ 88.319 mil em 22/23, apresentando um crescimento de R$ 10.317 mil em relação ao ano 21/22. A margem EBITDA consolidada atingiu 12,9%, um incremento de 1.1 p.p em relação ao período anterior, impactado positivamente pela melhora da margem bruta da Controlada.

Lucro Líquido



Consolidado

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

Endividamento Líquido

ENDIVIDAMENTO (*R$ mil*)	Controladora 4º Trim 2022/2023	Controladora 3º Trim 2022/2023	Controladora 2º Trim 2022/2023	Controladora 1º Trim 2022/2023	Consolidado 4º Trim 2022/2023	Consolidado 3º Trim 2022/2023	Consolidado 2º Trim 2022/2023	Consolidado 1º Trim 2022/2023
Caixa e bancos *	8.023	2.870	969	1.610	51.692	44.185	42.509	42.027
Aplicações financeiras	46.640	52.620	68.378	31.871	65.917	72.942	84.031	80.531
Empréstimos de curto prazo	39.402	41.770	48.257	39.453	91.236	114.277	115.616	126.514
Empréstimos de longo prazo	25.640	30.738	35.118	13.636	122.077	140.515	155.743	125.716
Dívida Bruta	**65.042**	**72.509**	**83.375**	**53.089**	**213.312**	**254.792**	**271.359**	**252.230**
Dívida Líquida	**10.379**	**17.018**	**14.029**	**19.608**	**95.704**	**137.666**	**144.820**	**129.672**
Dívida Líquida / EBITDA LTM	**0,5x**	0,7x	0,6x	0,9x	**0,9x**	1,3x	1,4x	1,3x

* Reclassificação dos valores de Câmbios a Liquidar para Caixa e Bancos, em relação aos dados apresentados nos trimestres anteriores

Controladora

A Controladora encerrou o exercício com um endividamento bruto de R$ 65.042 mil, em comparação aos R$ 72.509 mil do último trimestre, uma redução de R$ 7.467 mil comparado com o trimestre anterior, resultando na queda do endividamento líquido em R$ 6.639 mil, decorrência do aumento de geração de caixa operacional. O índice de alavancagem do trimestre foi de 0,5x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando uma significativa queda de 0,4x em relação ao fechamento do período anterior.

Consolidado

A Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período. A companhia mantém a estratégia de melhorar o perfil da dívida, através do alongamento e redução no custo da dívida para as novas captações, posicionando a maior parte do endividamento no longo prazo com taxas mais atrativas.

Investimentos

Controladora e Consolidado

INVESTIMENTOS (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Imóveis	-	-	*N/A*	995	0	*N/A*
Máquinas e equipamentos industriais	26.649	23.993	*11%*	56.358	42.325	*33%*
Instalações	16.971	4.634	*266%*	21.707	5.717	*280%*
Móveis e utensílios	1.157	1.360	*-15%*	4.395	4.438	*-1%*
Equipamento fotovoltaico	-	-	*N/A*	1.009	4.087	*-75%*
Equipamentos de informática	784	1.287	*-39%*	1.107	2.097	*-47%*
Outros	1.137	550	*107%*	1.234	809	*53%*
Total	**46.698**	**31.823**	***47%***	**86.806**	**59.473**	***46%***

O montante investido pela Controladora no período foi de R$ 46.698 mil, superando em 47% o valor de R$ 31.823 mil do exercício anterior. A Companhia intensificou os investimentos no último exercício, principalmente na área fabril, abrangendo máquinas, equipamentos e infraestrutura. Durante o período de 22/23, ocorreu além da renovação e modernização de ativos fabris, as principais fases de entrega, montagem e sincronização de equipamentos e softwares do Projeto Armazém Inteligente da nova expedição.

O montante investido na Controlada no exercício de 22/23 foi de R$ 40.108 mil, um incremento de 45% em relação ao exercício anterior, destinados ao crescimento da capacidade instalada e à modernização e otimização da eficiência produtiva do parque fabril.

O montante consolidado dos investimentos totalizou R$ 86.806 mil no exercício, um crescimento de 46% em relação ao ano anterior.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	47.961.513	25.373.119	110.907.549	61.537.897
Clientes	10	41.921.035	63.763.775	84.028.087	154.316.397
Instrumento financeiro derivativo		550.462	-	550.462	-
Contas a receber de partes relacionadas	15	-	60.720	20.708.673	15.240.606
Estoques	11	73.701.482	72.905.036	146.093.574	162.976.306
Impostos a recuperar	12	9.586.228	29.625.021	10.767.782	30.711.872
Outras contas a receber		3.780.893	5.712.917	7.139.857	7.139.479
Dividendos a receber		16.913.286	-	-	-
Despesas antecipadas		1.762.142	994.737	3.700.416	2.853.482
Total do ativo circulante		**196.177.041**	**198.435.325**	**383.896.400**	**434.776.039**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	9	6.700.999	7.366.941	6.700.999	7.366.941
Depósitos judiciais	21	1.372.984	1.692.405	1.372.984	1.692.405
Impostos diferidos	14	-	4.479.179	-	4.479.179
Impostos a recuperar	12	750.081	542.097	750.081	542.097
Total do ativo realizável a longo prazo		**8.824.064**	**14.080.622**	**8.824.064**	**14.080.622**
Investimentos	13	167.401.260	189.371.444	2.657.475	2.875.251
Imobilizado	16	142.064.859	104.358.228	394.348.086	361.523.725
Intangível	16	2.294.736	1.617.666	2.395.809	1.851.003
Imobilizado direito de uso		356.399	734.017	356.399	734.017
Total do ativo não circulante		**320.941.318**	**310.161.977**	**408.581.833**	**381.064.618**
Total do ativo		**517.118.359**	**508.597.302**	**792.478.233**	**815.840.657**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	38.871.207	41.046.891	75.170.438	83.407.981
Empréstimos e financiamentos	18	39.401.675	27.024.135	91.235.924	111.762.612
Tributos sobre a renda a pagar		8.958.355	10.576.744	8.959.749	10.576.792
Obrigações tributárias		1.844.012	1.130.683	1.857.976	1.138.552
Contribuições e obrigações com o pessoal	19	15.115.652	16.524.573	22.006.725	34.393.901
Outras contas a pagar	20	6.678.286	9.424.664	10.062.826	11.313.826
Dividendos a pagar		9.102.764	15.314.750	18.663.271	18.030.129
Arrendamento mercantil a pagar		372.254	305.107	372.254	305.107
Total do circulante		120.344.205	121.347.548	228.329.163	270.928.901
Passivo não circulante					
Fornecedores	17	660.703	1.425.570	2.616.814	5.564.913
Empréstimos e financiamentos	18	25.640.142	24.125.000	122.076.565	99.561.314
Arrendamento mercantil a pagar		-	478.172	-	478.172
Outras contas a pagar para partes relacionadas		2.172	211	2.172	211
Impostos diferidos	14	7.569.314	21.678.392	7.569.314	21.678.392
Provisão para contingências	21	1.771.856	3.462.534	1.771.856	3.462.534
Total do passivo não circulante		35.644.187	51.169.879	134.036.721	130.745.536
Total do passivo		155.988.392	172.517.426	362.365.884	401.674.436
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22				
Capital social		85.000.000	66.000.000	85.000.000	66.000.000
Reservas de lucros		203.379.748	183.210.559	203.379.748	183.210.559
Ajuste de avaliação patrimônial		71.627.891	86.869.317	71.627.891	86.869.317
Dividendos adicionais propostos		1.122.328	-	1.122.328	-
Total da participação dos controladores		361.129.967	336.079.876	361.129.967	336.079.876
Total da participação dos não controladores		-	-	68.982.382	78.086.345
Total do patrimônio líquido		**361.129.967**	**336.079.876**	**430.112.349**	**414.166.221**
Total do passivo e patrimônio líquido		**517.118.359**	**508.597.302**	**792.478.233**	**815.840.657**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Receita líquida	26	**332.023.967**	**345.984.884**	**841.157.202**	**844.013.027**
Custo dos produtos vendidos		(271.359.163)	(278.976.706)	(698.163.799)	(706.764.171)
Lucro bruto		**60.664.804**	**67.008.178**	**142.993.403**	**137.248.856**
Despesas					
Despesas Comerciais	28	(29.707.756)	(28.666.504)	(35.871.732)	(34.917.385)
Despesas Administrativas	28	(29.797.284)	(29.494.896)	(46.398.843)	(43.152.303)
Provisão para perdas esperadas		145.932	(136.520)	2.550.370	(236.129)
Outras Receitas	30	12.460.685	28.941.103	30.139.803	34.655.569
Outras Despesas	30	(2.152.037)	-	(6.501.111)	-
Resultado antes das participações societárias e do resultado financeiro		**11.614.343**	**37.651.362**	**86.911.890**	**93.598.608**
Resultado de Participações Societárias					
Resultado da Equivalência Patrimonial	13	46.193.920	34.462.365	-	-
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras	27	26.986.721	42.521.548	32.265.379	47.504.207
Despesas Financeiras	27	(21.265.714)	(20.630.408)	(36.037.191)	(32.466.013)
Resultado Financeiro Líquido		5.721.007	21.891.140	(3.771.812)	15.038.194
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda		**63.529.270**	**94.004.867**	**83.140.078**	**108.636.802**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	10.280.909	(4.210.393)	10.280.909	(4.210.393)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(24.812.259)	(22.286.549)	(24.813.682)	(22.289.161)
Resultado líquido		**48.997.920**	**67.507.925**	**68.607.305**	**82.137.248**
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(19.609.385)	(14.629.323)
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		**48.997.920**	**67.507.925**	**48.997.920**	**67.507.925**
Resultado básico e diluído por ação ordinária	25			1,01980	1,40505
Resultado básico e diluído por ação preferencial	25			1,01980	1,40505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Resultado líquido	**48.997.920**	**71.748.556**	**68.607.305**	**82.137.248**
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	(14.870.157)	7.871.000	(20.289.677)	11.212.251
Resultado abrangente para o exercício	**34.127.763**	**79.619.556**	**48.317.628**	**93.349.499**
Atribuível a:				
Acionistas da Pettenati	-	-	28.708.243	78.720.176
Participação dos não controladores	-	-	19.609.385	14.629.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstração das mutações do patrimônio liquid(

(Em reais)

		Reservas de lucro			Ajuste de avaliação patrimonial						
	Capital Social Integralizado	Incentivos Fiscais	Legal	Aumento de Capital , Investimentos e Capital de Giro	Custo atribuido do imobilizado	Ajuste acumulado de conversão	Dividendos adicionais propostos	Resultados Acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação dos minoritários	Total consolidado
Saldos em 30 de junho de 2022	**66.000.000**	**73.575.216**	**13.200.000**	**96.435.340**	**19.388.407**	**67.480.913**	**-**	**-**	**336.079.876**	78.086.345	**414.166.221**
Variação cambial de investimentos no exterior						(14.870.157)			**(14.870.157)**	(5.419.520)	**(20.289.678)**
Subvenção para investimentos aprovado em AGO/E de 28/10/202		8.880.157		(8.880.157)					-		-
Resultado liquido do periodo								48.997.920	**48.997.920**	19.609.385	**68.607.305**
Realização do custo atribuido					(371.268)			371.268	-		-
Proposta da destinação dos resultados									-		
Reserva legal			2.449.896					(2.449.896)	-		-
Integralização de subvenção para investimento do exercici		10.608.603						(10.608.603)	-		-
Dividendos distribuidos								(9.077.672)	**(9.077.672)**	(16.149.123)	**(25.226.795)**
Reserva aum de capital, investimentos e capital de gir				26.110.690				(26.110.690)	-		-
Aumento de capital	19.000.000			(19.000.000)				-	-		-
Dividendos adicionais proposto							1.122.328	(1.122.328)	-	(7.144.705)	**(7.144.705)**
Saldos em 30 de junho de 2023	**85.000.000**	**93.063.976**	**15.649.896**	**94.665.873**	**19.017.139**	**52.610.756**	**1.122.328**	**-**	**361.129.967**	68.982.382	**430.112.349**
Saldos em 30 de junho de 2021	**66.000.000**	**57.774.065**	**12.735.809**	**60.126.619**	**19.769.295**	**59.609.913**	**-**	**-**	**276.015.701**	66.476.806	**342.492.507**
Realização do custo atribuido (liquido de impostos		-			**(305.343)**			305.343	-		-
Realização da reserva de reavaliação (liquida dos impostos		-			(75.545,00)			75.545	-		-
Variação cambial de investimentos no exterior		-			-	7.871.000		-	**7.871.000**	3.341.251	**11.212.251**
Subvenção para investimentos aprovado em AGO/E de 30/10/202		9.635.529		(9.635.529)	-			-	-		-
Resultado liquido do periodo		-			-			67.507.925	**67.507.925**		**67.507.925**
Subvenção para investimentos 07/2021 a 12/2021		-			-			-	-		-
Proposta da destinação dos resultados		-			-			-	-		-
Reserva legal		-	464.191		-			(464.191)	-		-
Subvenção p/investimentos		6.165.622			-			(6.165.622)	-		-
Reserva aum de capital, investimentos e capital de gir		-		45.944.250	-			(45.944.250)	-	-	-
Dividendos aprovados em assembléia		-			-			-	-	(4.448.633)	**(4.448.633)**
Dividendos a distribuir (0,31874859 por ação preferencial e ordinária		-			-			(15.314.750)	**(15.314.750)**		**(15.314.750)**
Variação nas participações de não controladore		-			-			-	-	12.716.921	**12.716.921**
Saldos em 30 de junho de 2022	**66.000.000**	**73.575.216**	**13.200.000**	**96.435.340**	**19.388.407**	**67.480.913**	**-**	**-**	**336.079.876**	78.086.345	**414.166.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos

em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado Líquido do Exercício antes da Contrib.Social e Imposto de Renda	63.529.270	98.245.497	83.140.078	112.877.432
Ajustes para reconciliar o resultado ao disponível gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	8.297.962	5.403.951	29.289.386	27.459.232
Provisão de juros	8.940.684	4.286.647	18.898.002	6.938.849
Variação cambial provisionada	(378.330)	(1.014.281)	(378.330)	(1.014.281)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(46.193.920)	(34.462.365)	-	-
Variação na Participação Societária	-	(7.443.746)	-	(7.566.363)
Participações de Minoritários nos Lucros	-	-	-	(14.629.322)
Provisão para participações dos Funcionários nos Lucros	997.373	4.240.630	997.373	4.240.630
Provisão / (Reversão) de Comissões s/Vendas	197.386	(140.502)	197.386	(140.502)
Provisão / (Reversão) para Perda na Realização de Investimentos	12.500	(187.981)	-	-
Reversão do Ajuste de Estoques ao Valor Realizável	1.670.538	(372.588)	4.114.054	1.239.037
Variação Cambial de Partes Relacionadas	1.554.609	(18.103)	-	-
Perda na Alienação de Investimentos / Imobilizado	(203.890)	900.947	374.280	1.243.545
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(550.462)	-	(550.462)	
Reversão para Contingências	(1.690.678)	-	(1.690.678)	
(Reversão) de Impostos a Pagar	-	(10.522.255)	-	(10.521.829)
Provisão (Reversão) de perdas esperadas	145.932	(136.520)	2.550.369	(136.520)
	36.328.974	**58.779.331**	**136.941.458**	**119.989.908**
Variações nas contas de ativos e passivos				
Contas a Receber de Clientes	17.236.452	(6.433.594)	57.592.135	(33.354.726)
Instrumentos Financeiros	-	(1.147.170)	-	(1.147.170)
Impostos a Recuperar	19.412.450	(25.027.537)	19.230.849	(25.192.622)
Outras Contas a Receber	1.932.024	7.087.141	(114.438)	10.399.354
Estoques	(2.466.984)	(15.881.237)	5.567.103	(47.136.184)
Despesas antecipadas	(767.405)	(458.256)	(995.548)	(797.189)
Depósitos judiciais	319.421	591.218	319.421	591.218
Fornecedores	(2.940.551)	(3.590.941)	(7.467.738)	(1.981.584)
Contribuições e Obrigações com o Pessoal	(3.322.894)	(50.202)	(12.872.422)	2.592.355
Outras Obrigações Tributárias	1.364.339	10.268.601	1.371.063	10.256.435
Contas e Despesas a Pagar	535.133	1.414.129	1.263.430	4.050.909
Provisões para Contingências	-	(1.363.755)	-	(1.363.755)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.012.289)	(13.115.693)	(26.012.366)	(12.092.124)
Aplicações Financeiras	665.942	(7.366.941)	665.942	(7.366.941)
Dividendos Recebidos	36.504.702	10.624.317	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**78.789.314**	**14.329.411**	**175.488.888**	**17.447.884**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Créditos com Pessoas Ligadas	60.720	(25.111)	(6.681.762)	(2.613.919)
Aquisições de Imobilizado / Intangível	(46.698.125)	(31.822.599)	(86.805.774)	(59.473.450)
Recebimento por Venda de Imobilizado / Intangível	597.970	1.411.368	597.970	1.411.368
Variação das participações em controladas no exterior	-	(7.871.003)	-	-
Variação na participação de minoritários	-	-	-	11.609.539
Participações destinadas e não pagas	-	(4.240.630)	-	(4.240.630)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(46.039.435)**	**(42.547.975)**	**(92.889.566)**	**(53.307.092)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	40.000.000	46.343.000	150.082.922	93.505.508
Pagamentos de empréstimos	(29.265.500)	(19.913.956)	(137.715.043)	(106.059.832)
Juros pagos	(5.608.067)	-	(15.770.951)	-
Mútuo com a controladora	1.739	(2.096)	1.739	(2.096)
Dividendos pagos	(15.289.658)	5.578.104	(26.936.812)	3.107.202
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(10.161.486)**	**32.005.052**	**(30.338.145)**	**(9.449.218)**
Efeitos da variação cambial em controlada no exterior	-	-	(2.891.525)	6.023.742
Variação líquida de caixa e equivalentes	**22.588.394**	**3.786.488**	**49.369.652**	**(39.284.684)**
Caixa e equivalentes				
No início do período	25.373.119	21.586.631	61.537.897	100.822.581
No fim do período	47.961.513	25.373.119	110.907.549	61.537.897
Variação de Caixa e Equivalentes	**22.588.394**	**3.786.488**	**49.369.652**	**(39.284.684)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Demonstrações de valores adicionados

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2023

(Em reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
RECEITAS	**418.651.611**	**374.925.987**	**951.782.335**	**878.668.596**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	408.619.853	345.984.884	929.167.661	844.013.027
Outras receitas	10.308.648	29.072.911	23.638.692	34.890.688
Perdas esperadas	(276.890)	(131.808)	(1.024.018)	(235.119)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**277.126.074**	**223.127.681**	**674.152.656**	**614.790.224**
(inclui os valores dos impostos - ICMS, Cofins e PIS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	225.657.483	174.522.461	566.538.110	496.759.299
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	49.798.054	48.012.062	103.500.492	119.049.392
Perda/Ganho de valores ativos	1.670.537	593.158	4.114.054	(1.018.467)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**141.525.537**	**151.798.306**	**277.629.679**	**263.878.372**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	8.297.962	5.403.951	29.289.386	27.459.232
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**133.227.575**	**146.394.355**	**248.340.293**	**236.419.140**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**73.195.387**	**76.994.200**	**32.866.858**	**48.149.238**
Resultado de equivalência patrimonial	46.193.920	34.462.365	-	-
Receitas financeiras	26.986.721	42.521.548	32.265.379	47.504.207
Dividendos recebidos	14.746	10.287	601.479	645.031
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**206.422.962**	**223.388.555**	**281.207.151**	**284.568.378**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**206.422.962**	**223.388.555**	**281.207.151**	**284.568.378**
Pessoal	**78.722.170**	**71.078.681**	**118.065.174**	**103.113.479**
Remuneração direta	54.088.881	48.080.421	86.770.527	78.155.344
Benefícios	12.188.116	9.688.658	18.849.474	11.648.533
FGTS	4.876.800	4.100.972	4.876.800	4.100.972
Honorários e participações da diretoria	5.654.400	6.318.000	5.654.400	6.318.000
Participações dos funcionários no resultado	1.913.973	2.890.630	1.913.973	2.890.630
Impostos, taxas e contribuições	**56.803.577**	**63.709.734**	**57.841.678**	**66.339.302**
Federais	41.362.353	48.987.487	42.400.454	51.617.055
Estaduais	15.419.757	14.588.254	15.419.757	14.588.254
Municipais	21.467	133.993	21.467	133.993
Remuneração de capitais de terceiros	**21.899.295**	**21.092.215**	**36.692.994**	**32.978.349**
Despesas financeiras	21.265.714	20.630.408	36.037.191	32.466.013
Aluguéis	633.581	461.807	655.803	512.336
Remuneração de capitais próprios	**48.997.920**	**67.507.925**	**68.607.305**	**82.137.248**
Dividendos	10.200.000	15.314.750	10.200.000	15.314.750
Lucros retidos do exercício	38.797.920	52.193.175	38.797.920	52.193.175
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	19.609.385	14.629.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Pettenati S.A. Indústria Têxtil ("Pettenati" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e tem por objeto a fabricação, comercialização e exportação de artigos de malharia, confecção e tecidos. As informações anuais da Pettenati e sua Controlada ("Grupo') foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas operações. As ações da Pettenati são negociadas na Bolsa de Valores (PTNT3, PTNT4) de São Paulo – B3 S.A..

2 Entidade controlada

As demonstrações financeiras anuais consolidadas incluem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação no capital total		**Participação no capital votante**	
Empresa	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Pettenati Centro América S.A. de C.V.	70,20%	70,20%	98,60%	98,60%

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e estão sendo apresentadas para o exercício que compreende o exercício iniciado em 1° de julho e findo em 30 de junho.

A emissão das demonstrações financeiras anuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2023.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 21- Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 10– Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Presidente.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do exercício de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nessas notas explicativas:

Moeda estrangeira	7
Base de consolidação	7.1
Receita de contrato com cliente	7.2
Instrumentos financeiros	7.3
Subvenção e assistência governamentais	7.5 (a)
Benefícios a empregados	7.12
Receitas financeiras e despesas financeiras	7.11
Imposto de renda e contribuição social	7.11(c)
Estoques	7.4
Imobilizado	7.7
Ativos intangíveis e ágio	7.8
Capital social	23.1
Redução ao valor recuperável (Impairment)	7.8 (b)
Provisões	7.10
Arrendamentos	7.9
Mensuração do Valor Justo	7.3

7 Moeda funcional, transações e saldos em moeda estrangeira

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional da controlada está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Pettenati Centro América S.A. de C.V.	PTCA	Dólar	El Salvador

b. Transações e saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.1 Base de consolidação

a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

b) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

e) Critérios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementados com a eliminação dos investimentos na empresa Controlada, dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação, dos lucros/perdas não realizados e das transações a realizar. As demonstrações financeiras consolidadas da Controlada foram convertidas para reais, com base na taxa corrente de venda do dólar americano vigente em 30 de junho de 2023 para saldos patrimoniais e pela taxa na data de cada operação, para as movimentações de resultado, sendo que esta segue os mesmos princípios contábeis da controladora.

f) Investimentos mensurados ao valor justo

Existe ainda um investimento em uma empresa, através da Controlada, na qual a Companhia não possui controle, controle conjunto ou influência significativa, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Estes investimentos são contabilizados pelo método de valor justo e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo gastos de transação.

As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o resultado quando do recebimento de dividendos.

A Companhia participa, indiretamente, na Supertex S.A de C.V. através da sua Controlada, com um percentual de 10%.

7.2 Reconhecimento de contrato com cliente

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, do ajuste a valor presente, bem como para as demonstrações financeiras anuais consolidadas, são eliminadas as operações entre as empresas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um exercício e premissas especificadas. Para contratos que permitem a devolução, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um ativo e um passivo de devolução são reconhecidos.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Os juros incidentes sobre as contas a receber, assim como o ajuste a valor presente das contas a receber são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Tecido e confecção	Os clientes obtêm controle da produção de tecidos e confecção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes ou entregues sob cuidados dos transportadores, contratados pelos clientes. As faturas são emitidas no momento da saída das mercadorias das fábricas. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30-45 dias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Este momento ocorre geralmente quando os produtos são entregues nas instalações dos clientes ou quando retirados por transportadores contratados pelos clientes. Para contratos que incluem a possibilidade de devolução de mercadorias por parte do cliente, o reconhecimento da receita ocorre somente quando é altamente provável que não haverá uma reversão significativa do valor da receita já reconhecida A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo, quando aplicável.

7.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando A Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos
Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Apresentação dos juros pagos no demonstrativo dos fluxos de caixa
A Companhia adotou como política contábil a apresentação do montante de juros pagos, dentro das atividades de financiamentos, em sua demonstração dos fluxos de caixa. Esta definição está vinculada a uma melhor apresentação dentro do curso normal dos negócios.

7.4 Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no cálculo do custo médio. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As perdas com a realização de estoques são reconhecidas para estoques de

baixa rotatividade ou obsoletos sem que o valor de realização for menor que o custo médio dos estoques.

7.5 Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos estão apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

Para os demais passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

a. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um benefício do segmento têxtil é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. As subvenções relacionadas a aquisição de ativos são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

7.6 Investimentos

O investimento na Controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e reconhecido no resultado do exercício. No caso das variações cambiais de investimento em Controlada no exterior, no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição e ajustados aos valores recuperáveis.

7.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Imóveis	1%	4%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5%	10%
Móveis e Utensílios	7%	12%
Computadores e Periféricos	6%	15%
Veículos	3%	12%
Instalações	4%	9%
Equipamento Fotovoltaico	-	5%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

7.8 Ativos intangíveis

As patentes registradas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada.

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas utilizadas para o cálculo da amortização foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Marcas e Patentes	14%	14%
Softwares	11%	18%

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera

informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do devedor;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

7.9 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBCTG 06/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de

alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação em exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A depreciação do ativo de direito de uso é realizada usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

7.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

7.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem as receitas de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

a. Imposto de renda e contribuição social

Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

Controlada no exterior
A Pettenati Centro América S.A. de C.V. está enquadrada nos benefícios da Lei de Zonas Francas Industriais e de Comercialização.

Um dos benefícios proporcionados por esta legislação é o não recolhimento de imposto de renda sobre as atividades incentivadas, ou seja, não há incidência de imposto de renda sobre atividades de fabricação e comercialização de tecidos.

Para preservar os benefícios estabelecidos por esta norma, é necessário que todos os nossos produtos sejam exportados para zonas francas ou fora de El Salvador e não devem ser vendidos a comerciantes locais salvadorenhos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido,

serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

7.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia possui plano de benefício a empregados que inclui participação nos lucros, quando estes ocorrem. Tal plano de participação não é estatutário, não existindo, portanto, a obrigatoriedade de realizá-lo.

7.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Pettenati é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do dividendo obrigatório é contabilizado inicialmente em conta específica de Patrimônio Líquido e somente é reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

7.14 Resultado por ação

O cálculo é efetuado utilizando a quantidade média de ações durante o exercício reportado. Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes, em exercícios em que a Companhia gerar lucro, tendo prioridade no recebimento dos dividendos. No caso em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos a que fizerem jus no período não superior a 3 exercícios consecutivos, essas ações preferenciais adquirirão direito a voto até que o valor volte a ser pago, conforme estatuto.

7.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

7.16 Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia considera que dentro de suas vendas existe um componente financeiro, assim como, em suas compras. Desta forma, o componente financeiro da receita é apresentado como uma receita financeira e o componente financeiro incluído nas compras é apresentado como uma despesa financeira, a fim de apresentar de forma adequada os fluxos de caixa operacionais que fluem da ou para a Companhia.

O cálculo é realizado *pro rata die* entre a data do reconhecimento do ativo ou passivo e a sua data esperada para liquidação. A taxa de risco é ajustada prospectivamente sempre que há alterações no risco da própria Companhia.

Quando há liquidação em exercício diferente do esperado, os ajustes são reconhecidos prospectivamente no resultado.

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 1,74859% . A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e

- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023 a Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

b. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para exercícios anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas

as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do exercício mais antigo apresentado.

De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo e não são esperados impactos significativos desta alteração.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Caixa	6.137	13.040	27.823	36.611
Numerários em andamento	7.496.390	-	7.496.390	-
Bancos - contas correntes	520.014	539.570	44.167.564	34.061.777
Aplicações financeiras	39.938.972	24.820.509	59.215.772	27.439.509
Total	**47.961.513**	**25.373.119**	**110.907.549**	**61.537.897**

b. Aplicações financeiras de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Aplicações financeiras	6.700.999	7.366.941	6.700.999	7.366.941
Total	6.700.999	7.366.941	6.700.999	7.366.941

O caixa corresponde aos bens numerários mantidos em moeda nacional. Os saldos bancários em contas correntes referem-se às contas de livre movimentação mantidas com instituições financeiras, porém, vinculadas a contratos de empréstimos com vencimentos finais no não circulante. As aplicações financeiras da controladora, referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 75% e

110% do CDI. As aplicações da Controlada são remuneradas à taxa de 4,15% a 5,3% ao ano e mantidas em bancos locais.
A aplicação financeira, representa a quantia assegurada para empréstimo.

10 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Clientes no país	39.243.928	58.010.788	63.063.358	99.062.849
Clientes no Exterior	2.677.107	5.752.987	20.964.729	55.253.548
Total	**41.921.035**	**63.763.775**	**84.028.087**	**154.316.397**

Controladora

	30/06/2023	**30/06/2022**
Títulos a vencer	40.117.460	62.373.169
1 a 30 dias	1.236.737	984.394
31 a 90 dias	550.540	362.241
91 a 180 dias	103.215	132.045
Mais de 180 dias	545.885	690.660
Provisão para perdas de crédito esperadas	(632.802)	(778.734)
Saldo no final do exercício	**41.921.035**	**63.763.775**

Consolidado

	30/06/2023	**30/06/2022**
Títulos a vencer	78.251.311	112.234.136
1 a 30 dias	5.737.291	27.502.793
31 a 90 dias	617.618	14.795.485
91 a 180 dias	103.215	279.666
Mais de 180 dias	545.885	3.281.921
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.227.233)	(3.777.604)
Saldo no final do exercício	**84.028.087**	**154.316.397**

A Companhia reavaliou o impacto das perdas esperadas e comparou-o com os valores efetivamente realizados, conduzindo uma análise abrangente das perdas projetadas, conforme evidenciado no quadro acima. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos.

A seguir segue movimentação da rubrica de provisão para perdas de crédito esperadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 30/06/2022	(778.734)	(3.777.604)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.506.514)	(2.488.438)
Reversão para perdas de crédito esperadas	1.229.624	4.376.215
Baixas	422.822	422.822
Variação Cambial	-	239.772
Saldo em 30/06/2023	**(632.802)**	**(1.227.233)**

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Produtos acabados	33.631.906	23.554.048	46.743.773	38.383.699
Produtos em elaboração	6.107.749	6.609.852	11.289.080	11.660.129
Matérias-primas e materiais de consumo	32.615.414	39.416.282	84.545.668	102.497.865
Importações em andamento	1.346.413	3.324.854	3.515.053	10.434.613
Total	**73.701.482**	**72.905.036**	**146.093.574**	**162.976.306**

Os estoques de produtos acabados são destinados a venda e seu giro e volume estão compatíveis às suas espécies e sazonalidade. São classificados como estoque os adiantamentos de valores efetuados a fornecedores de matéria prima.

Em 30 de junho de 2023 os estoques estavam reduzidos ao valor realizável líquido no montante de 2.975.214 (1.304.676 em 30 de junho de 2022). O valor reconhecido como custo dos produtos vendidos em 2023 foi de 1.670.538 (593.158 em 2022). Nesse ano no consolidado os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante R$ 7.999.540 (R$ 4.261.050 em junho de 2022).

	Controladora	Consolidado
Saldo em 30/06/2022	(1.304.676)	(4.261.050)
Complemento de provisão	(1.670.538)	(3.738.490)
Saldo em 30/06/2023	**(2.975.214)**	**(7.999.540)**

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Pis e Cofins – processos judiciais (a)	2.103.793	22.613.217	2.103.794	22.613.217
Pis e Cofins – ativo imobilizado (b)	2.208.518	28.134	2.208.518	28.134
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	531.420	2.987.600	531.420	2.987.600
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	182.820	1.079.136	182.820	1.079.136
Imposto s/produtos industrializados – IPI	1.998.834	1.757.854	1.998.834	1.757.854
Imp. s/circulação de mercadorias e serviços – ICMS	2.892.565	1.582.544	2.892.565	1.582.544
IVA	-	-	1.181.554	1.086.851
Outros impostos a recuperar	418.359	118.633	418.358	118.633
TOTAL	**10.336.309**	**30.167.118**	**11.517.863**	**31.253.969**
Ativo Circulante	**9.586.228**	**29.625.021**	**10.767.782**	**30.711.872**
Ativo Não Circulante	**750.081**	**542.097**	**750.081**	**542.097**

Os valores que compõem os impostos a recuperar, quando aplicável, estão atualizados pela taxa Selic até o final de cada exercício.

a. Pis e Cofins – Exclusão do ICMS na base de cálculo

Em dezembro de 2021 a Receita Federal do Brasil homologou os créditos para a Companhia referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, mandado de segurança 5006183-44.2015.4.04.7107 e 5017127-66.2019.4.04.7107, respectivamente.

b. Pis e Cofins – Ativo imobilizado

Houve também, em dezembro de 2021, o reconhecimento de créditos de Pis e Cofins sobre o ativo imobilizado provenientes da inconstitucionalidade do art. 31, caput, da Lei nº 10.865/2004, que violou o direito adquirido da Companhia de aproveitar os créditos decorrentes da depreciação das aquisições utilizadas nas suas atividades produtivas.
Os valores atualizados dos impostos relacionados no item *a* encontram-se demonstrados na tabela a seguir:

Imposto	**Saldo inicial 30/06/2021**	**Valor reconhecido**	**Valor compensado**	**Atualização Selic**	**Saldo em 30/06/2022**
Pis e Cofins – exclusão do ICMS na base de cálculo	-	30.507.177	10.415.937	480.995	20.572.235
Pis e Cofins – processo judicial ativo imobilizado	-	9.266.302	7.468.431	243.111	2.040.982

Imposto	**Saldo inicial 30/06/2022**	**Valor reconhecido**	**Valor compensado**	**Atualização Selic**	**Saldo em 30/06/2023**
Pis e Cofins – exclusão do ICMS na base de cálculo	20.572.235	-	20.235.943	1.767.501	2.103.793
Pis e Cofins – processo judicial ativo imobilizado	2.040.982	-	2.086.348	45.366	-

13 Investimentos

O saldo da conta de investimentos da Companhia tem a seguinte abertura de valores:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Participações em Controladas	167.249.766	189.219.953	-	-
Supertex S.A de C.V.	-	-	2.505.981	2.723.760
Outros Investimentos	151.494	151.491	151.494	151.491
Total	**167.401.260**	**189.371.444**	**2.657.475**	**2.875.251**

A Companhia possui investimentos na empresa PETTENATI CENTRO AMERICA S.A. de C.V. a qual está localizada na República de El Salvador e tem como objetivo a fabricação e comercialização de tecidos tintos em ponto de malha. Abaixo estão demonstrados os dados da participação na Controlada:

	30/06/2023	**30/06/2022**
Ações de Capital subscrito	2.000.000	2.000.000
Ações de capital integralizado	2.000.000	2.000.000
Patrimônio líquido	239.867.968	271.146.723
Percentual de participação	70,20%	70,20%
Nº de Ações subscritas possuídas	1.404.000	1.404.000
Nº de Ações integralizadas	1.404.000	1.404.000

O investimento reconhecido na controladora está ajustado por ganhos não realizados na venda de imobilizado para a subsidiária no valor de R$ 1.137.547 (R$ 1.125.047 em junho de 2022).
Movimentação dos investimentos:

Pettenati centro américa S.A. de CV	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Saldo Inicial	**189.219.953**	**157.322.921**
Resultado da variação cambial	(14.870.157)	7.871.004
Resultado equivalência patrimonial operações	46.193.919	34.462.364
Ganho não realizado	(12.499)	187.981
Dividendos distribuídos	(53.281.450)	(10.624.317)
Saldo Final	**167.249.766**	**189.219.953**

Apresentamos abaixo, as principais rubricas das demonstrações financeiras da Controlada Pettenati

Centro América S.A. de C.V., as quais foram consolidadas ao final de cada exercício.

Ativo (*valores em R$*)	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Circulante	187.719.359	236.340.714
Não Circulante	254.890.281	261.247.640
Total do Ativo	**442.609.640**	**497.588.354**

Passivo e patrimônio líquido *(valores em R$)*	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Circulante	104.349.138	149.581.353
Não Circulante	98.392.534	79.575.657
Patrimônio Líquido	**239.867.968**	**268.431.344**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**442.609.640**	**497.588.354**

Demonstrativo de Resultados *(valores em R$)*	**01/07/2022 a 31/03/2023**	**01/07/2021 a 31/03/2022**
Receita Líquida	**509.133.235**	**498.028.143**
CPV	(426.804.636)	(427.787.465)
Resultado Bruto	**82.328.599**	**70.240.678**
Despesas Comerciais	(6.163.976)	(6.250.881)
Despesas Administrativas	(13.449.992)	(13.757.017)
Provisão para perda de créditos esperada	(747.128)	5.955.008
Outras Receitas Líquidas	13.330.044	(240.542)
Despesas Financeiras	(14.771.477)	(11.835.605)
Receitas Financeiras	5.278.658	4.982.659
Resultado antes do IR	**65.804.728**	**49.094.300**
Provisão para Imposto de Renda	(1.423)	(2.612)
Resultado Líquido	**65.803.305**	**49.091.688**

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos tributários futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu débitos e créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

	Balanço patrimonial		Variação do exercício
Ativos	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**Reconciliação do resultado**
Ajustes a valor presente	4.091.907	2.771.591	1.320.316,0
Provisão para contingências trabalhistas	1.771.856	3.462.534	(1.690.678,0)
Provisão para participação nos lucros	-	4.240.630	(4.240.630,0)
Reconhecimento das receitas	483.461	-	483.461,0
Outros ativos	547.394	2.699.300	(249.671,0)
Base de Cálculo	**6.894.618**	**13.174.055**	**(4.377.202)**
IRPJ alíquota 15%	**1.034.192**	**1.976.108**	**(654.705,3)**
IRPJ adicional alíquota 10%	**689.462**	**1.317.406**	**(436.470,2)**
CSLL alíquota 9%	**620.516**	**1.185.665**	**(392.823,2)**
Total Ativo Diferido	**2.344.171**	**4.479.179**	**(1.483.999)**

	Balanço patrimonial		
Passivos	**30/06/2023**	**30/06/2022**	
Valor atribuído ao ativo imobilizado	23.310.142	24.330.850	1.020.708
Lucros no exterior a tributar	-	23.353.499	23.353.499
Ajuste a valor presente fornecedores	343.459	460.401	116.942
Reserva de reavaliação	5.503.705	5.616.279	112.574
Recuperação de impostos não compensadas nem restituídas	-	9.587.814	9.587.814
Reconhecimento das receitas	-	411.133	411.133
Base de Cálculo	**29.157.306**	**63.759.976**	**34.602.670**
IRPJ alíquota 15%	**4.373.596**	**9.563.996**	**5.190.401**
IRPJ adicional alíquota 10%	**2.915.731**	**6.375.998**	**3.460.267**
CSLL alíquota 9%	**2.624.158**	**5.738.398**	**3.114.240**
Total passivo diferido	**9.913.485**	**21.678.392**	**11.764.908**
Total líquido diferido	**7.569.314**	**17.199.213**	**10.280.909**

b. Impostos correntes

A Companhia tem seu exercício societário encerrado em 30 de junho. Entretanto, o exercício fiscal se mantém no exercício de janeiro a dezembro. Abaixo, a reconciliação da alíquota efetiva nos exercícios apresentados.

	01/07/2022 a 30/06/2023	01/07/2021 a 30/06/2022
Lucro antes da CSLL e IRPJ	**63.529.270**	**94.004.867**
Imposto de renda e contribuição social 34%	(21.599.952)	(31.961.655)
Juros Selic sobre impostos	746.196	5.837.437
Incentivos fiscais ICMS	3.606.925	2.096.312
Incentivos fiscais Lei do Bem	992.456	1.940.094
Participações no resultado	(365.366)	(1.222.563)
Programa de alimentação do trabalhador	(132.965)	(74.004)
IRRF sobre aplicações financeiras	(113.816)	(94.103)
Outros	2.335.172	(3.018.460)
IR e CS sobre o resultado Controladora	**(14.531.350)**	**(26.496.942)**
Alíquota efetiva	-22,87%	-28,19%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**10.280.909**	**(4.210.393)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**(24.812.259)**	**(22.286.549)**

No consolidado, existe ainda um adicional de imposto de renda corrente sobre o lucro, sem definição específica que é recolhida na controlada no equivalente a R$ 1.423 (R$ 2.612 em 30 de junho de 2022) totalizando líquido de imposto de R$ 24.813.682 (R$ 22.289.161 em 30 de junho de 2022).

15 Partes relacionadas

a. Saldos das operações entre partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com a Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V., decorrem de venda de ativos imobilizados e reembolso de despesas sem incidência de juros entre a Companhia e sua Controlada, cujas condições podem divergir de condições usuais de mercado. Abaixo estão demonstrados os respectivos valores.

	Controladora			
	Ativo		**Resultado**	
Ativo circulante	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Venda imobilizado	-	26.187	-	187.980
Reembolso de despesas	-	34.533	-	-

b. Saldos e operações entre partes relacionadas consolidado

Os saldos de ativos em 30 de junho de 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de operações de vendas de produtos para as companhias Supertex El Salvador S.A. de C.V e Supertex Lourdes S.A. de C.V. nas quais a Controlada participa com 10% do montante do capital social. Ambas as companhias estão localizadas em El Salvador.

	Consolidado			
	Ativo - Clientes		Resultado – Receita líquida	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Pettenati Centro America S.A de C.V.	-	60.720	-	144.200,10
Supertex El Salvador S.A. de C.V.	20.708.673	15.179.886	119.027.768	87.268.439

c. Remuneração da administração

O montante global anual da remuneração dos Administradores foi fixado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de outubro de 2022, em até R$ 6.300.000.

As despesas referentes aos honorários fixos da Administração, no exercício de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e o mesmo exercício anterior são as seguintes:

	Membros remunerados 30/06/2023	30/06/2023	Membros remunerados 30/06/2022	30/06/2022
Conselho de administração	2	404.800	2	368.000
Diretoria	4	4.268.000	5	3.900.000
Conselho consultivo	2	720.000	2	700.000
Conselho fiscal	3	261.600	3	251.520
Total dos honorários da administração		**5.654.400**		**5.219.520**

Adicionalmente aos valores acima, foi provisionada como participação dos dirigentes nos lucros do exercício em junho de 2023 o valor de R$1.000.000 (R$ 1.350.000 em junho de 2022) e está sujeita à aprovação na próxima Assembleia.

d. Outros saldos com partes relacionadas

O saldo de dividendos a receber da Controlada, em 30 de junho de 2023 é de R$ 16.913.286. Existe ainda um saldo de R$ 2.172 (R$ 211 em 30 de junho de 2022) referente a reembolsos de despesas a serem realizadas para a Gladium, cujo valor é ajustado pela taxa Selic e não possui prazo de vencimento.

16 Imobilizado e intangível

a. Saldos ao final de cada exercício

	Controladora				Consolidado			
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido 30/06/2023**	**Líquido 30/06/2022**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 30/06/2023**	**Líquido 30/06/2022**
Imóveis	74.458.410	(38.965.690)	35.492.720	36.067.995	198.151.542	(62.439.376)	135.712.167	146.030.983
Máquinas Equipamentos Industriais	182.833.704	(104.483.897)	78.349.807	54.191.834	474.191.265	(289.793.505)	184.397.760	155.954.112
Móveis e Utensílios	6.644.621	(3.619.851)	3.024.770	2.197.401	38.372.176	(22.114.704)	16.257.473	15.326.963
Computadores e Periféricos	4.480.583	(2.174.590)	2.305.993	1.700.011	9.526.408	(5.430.804)	4.095.603	3.856.891
Veículos	856.950	(547.361)	309.589	190.884	1.779.777	(1.217.993)	561.784	466.928
Instalações	30.255.817	(22.334.939)	7.920.878	7.205.638	67.672.861	(39.280.415)	28.392.446	26.329.432
Imobilizado em andamento	14.661.102	-	14.661.102	2.804.465	14.661.102	-	14.661.100	2.804.465
Equipamento de Geração Fotovoltaico	-	-	-	-	12.343.000	(2.073.248)	10.269.753	10.753.951
Imobilizado	**314.191.187**	**(172.126.328)**	**142.064.859**	**104.358.228**	**816.698.131**	**(422.350.045)**	**394.348.086**	**361.523.725**
Marcas e Patentes	108.905	(79.872)	29.033	30.666	108.905	(79.872)	29.033	30.666
Softwares	4.769.860	(3.439.074)	1.330.787	1.037.492	6.400.368	(4.968.509)	1.431.860	1.270.829
Intangível em andamento – Inovação	934.916	-	934.916	549.508	934.916	-	934.916	549.508
Intangível	**5.813.681**	**(3.518.946)**	**2.294.736**	**1.617.666**	**7.444.189**	**(5.048.381)**	**2.395.809**	**1.851.003**
Total do imobilizado e intangível	**320.004.868**	**(175.645.274)**	**144.359.595**	**105.975.894**	**824.142.320**	**(427.398.426)**	**396.743.895**	**363.374.728**

b. Movimentação controladora

	Controladora							
	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Instalações**	**Imobilizado em andamento**	**Totais**
Saldo em 30/06/2022	**36.067.995**	**54.191.834**	**2.197.401**	**1.700.011**	**190.884**	**7.205.638**	**2.804.465**	**104.358.228**
Adições	-	26.648.958	1.157.207	783.536	145.255	1.369.959	15.601.106	45.706.021
Baixas	-	(367.011)	(11.293)	(9.038)	(6.738)	-	-	(394.080)
Depreciações	(575.275)	(5.868.442)	(318.545)	(168.515)	(19.812)	(654.719)	-	(7.605.308)
Transferência	-	3.744.469	-	-	-	-	(3.744.469)	-
Saldo em 30/06/2023	**35.492.720**	**78.349.808**	**3.024.770**	**2.305.994**	**309.589**	**7.920.878**	**14.661.102**	**142.064.861**

	Controladora							
	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Instalações**	**Imobilizado em andamento**	**Totais**
Saldo em 30/06/2021	**36.601.507**	**34.163.982**	**1.077.333**	**614.368**	**205.193**	**7.398.846**	**1.997**	**80.063.226**
Adições	1	22.950.956	1.359.530	1.286.776	-	744.116	3.889.848	30.231.227
Baixas	-	(803.723)	(36.508)	(93.800)	-	(334.767)	-	(1.268.798)
Transferência	45.518	1.041.863	-	(1)	-	-	(1.087.380)	-
Depreciações	(579.031)	(3.161.244)	(202.954)	(107.332)	(14.309)	(602.557)	-	(4.667.427)
Saldo em 30/06/2022	**36.067.995**	**54.191.834**	**2.197.401**	**1.700.011**	**190.884**	**7.205.638**	**2.804.465**	**104.358.228**

c. Movimentação consolidado

	Consolidado								
	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Instalações**	**Imobilizado em andamento**	**Equipamentos De geração fotovoltaico**	**Totais**
Saldo em 30/06/2022	**146.030.983**	**155.954.112**	**15.326.963**	**3.856.891**	**466.928**	**26.329.432**	**2.804.465**	**10.753.951**	**361.523.725**
Adições	995.319	56.357.915	4.395.403	1.106.840	239.915	6.106.028	15.601.106	1.008.956	85.811.482
Baixas	(63.151)	(615.687)	(174.638)	(97.419)	(6.738)	(10.646)	-	-	(968.279)
Depreciações	(2.526.857)	(20.158.492)	(2.158.254)	(612.154)	(116.378)	(2.298.134)	-	(606.536)	(28.476.804)
Transferência	-	3.744.469	-	-	-	-	(3.744.469)	-	-
Efeito Cambial	(8.724.127)	(10.884.558)	(1.132.001)	(158.555)	(21.944)	(1.734.234)	-	(886.617)	(23.542.036)
Saldo em 30/06/2023	**135.712.167**	**184.397.759**	**16.257.473**	**4.095.603**	**561.783**	**28.392.446**	**14.661.102**	**10.269.754**	**394.348.085**

	Consolidado								
	Imóveis	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Instalações**	**Imobilizado em andamento**	**Equip. geração fotovoltaico**	**Totais**
Saldo em 30/06/2021	**142.613.927**	**135.834.809**	**13.896.775**	**2.320.661**	**401.909**	**26.613.478**	**1.997**	**6.888.293**	**328.571.849**
Adições	1	41.237.924	4.437.636	2.097.154	155.666	1.827.527	3.889.848	4.086.964	57.732.720
Baixas	-	(1.064.233)	(80.213)	(117.214)	-	(304.221)	-	-	(1.565.881)
Depreciações	(2.509.082)	(18.462.097)	(2.145.837)	(592.361)	(99.888)	(2.168.272)	-	(544.568)	(26.522.105)
Transferência	286.958	1.087.278	100	-	-	(287.058)	(1.087.380)	102	-
Efeito Cambial	5.639.179	(2.679.569)	(781.498)	148.651	9.241	647.978	-	323.160	3.307.142
Saldo em 30/06/2022	**146.030.983**	**155.954.112**	**15.326.963**	**3.856.891**	**466.928**	**26.329.432**	**2.804.465**	**10.753.951**	**361.523.725**

d. Intangível – Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes	**Softwares**	**Totais**	**Marcas e patentes**	**Softwares**	**Totais**
Saldo em 30/06/2022	**30.666**	**1.587.000**	**1.617.666**	**30.666**	**1.820.337**	**1.851.003**
Adições	-	992.107	992.107	-	994.294	994.294
Baixas	-	-	-	-	(3.972)	(3.972)
Amortização	(1.633)	(313.403)	(315.036)	(1.633)	(433.331)	(434.964)
Efeito Cambial	-	-	-		(10.553)	(10.553)
Saldo em 30/06/2023	**29.033**	**2.265.703**	**2.294.736**	**29.033**	**2.366.776**	**2.395.809**

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Fornecedores no país	32.278.423	38.920.673	42.807.187	63.400.802
Fornecedores no exterior	7.253.488	3.551.788	34.980.066	25.572.092
Total	**39.531.911**	**42.472.461**	**77.787.253**	**88.972.894**
Passivo Circulante	38.871.208	41.046.891	75.170.439	83.407.981
Passivo Não Circulante	660.703	1.425.570	2.616.814	5.564.913

18 Empréstimos e financiamentos

					Controladora		Consolidado	
	Modalidade	**Indexador**	**Juros**	**Vencimento**	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Moeda Nacional					**61.752.692**	**46.350.460**	**61.752.692**	**46.350.460**
Aval	Capital de Giro	CDI	2,11% a.a.	2022	-	2.619.750	-	2.619.750
Aval	NCE	CDI	2,50% a.a.	2023	8.014.809	15.886.195	8.014.809	15.886.195
Aval	Capital de Giro	CDI	4,55% a.a.	2023	-	3.333.333	-	3.333.333
Aval	NCE	CDI	2,14% a.a	2024	5.265.005	8.726.628	5.265.005	8.726.628
Aval	Capital de Giro	CDI	2,58% a.a.	2024	6.289.254	10.442.694	6.289.254	10.442.694
Aval	CCB	IPCA	8,57% a.a.	2023	11.065.575	-	11.065.575	-
Aval	CPRF	CDI	2,18 % a.a	2025	17.201.458	-	17.201.458	-
Aval	CCB	IPCA	7,67% a.a	2025	8.476.887	-	8.476.887	-
Aplicação financeira	CCB	CDI		2026	5.439.704	5.341.860	5.439.704	5.341.860
Moeda Estrangeira					**3.289.125**	**4.798.675**	**151.559.797**	**164.973.466**
Aval	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.687.237
Aval	Loan 4131		0,86% a.a.	2025	3.289.125	4.798.675	3.289.125	4.798.675
Aval	Capital de Giro		5,00% a.a.	2025	-	-	-	38.263.096
Aval	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.746.080	-
Promissória	Capital de Giro		4,50% a.a.	2022	-	-	-	5.255.436
Promissória	Capital de Giro		5,50% a.a.	2023	-	-	-	11.799.704
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2023	-	-	-	15.759.671
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2024	-	-	-	20.377.840
Promissória	Capital de Giro		5,25% a.a.	2023	-	-	-	15.789.341
Promissória	Capital de Giro		5,75% a.a.	2024	-	-	19.284.392	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2024	-	-	11.625.495	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.450.349	-
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.242.466
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2024	-	-	4.821.873	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2027	-	-	38.724.715	-
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2027	-	-	38.617.768	-
Total					**65.041.817**	**51.149.135**	**213.312.489**	**211.323.926**
Passivo circulante					**39.401.675**	**27.024.135**	**91.235.924**	**111.762.612**
Passivo não circulante					**25.640.142**	**24.125.000**	**122.076.565**	**99.561.314**

Os empréstimos em dólares, constantes do consolidado, são oriundos da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. e serão por essa liquidados, quando de seus vencimentos, em dólares norte-americanos. Tais empréstimos no final de cada exercício correspondem a:

	30/06/2023	30/06/2022
Dólares	30.766.657	30.579.380

Os empréstimos possuem avais e garantias, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Garantias				
Aval	59.602.113	45.807.275	77.348.193	110.757.608
Aplicação financeira	5.439.704	5.341.860	5.439.704	5.341.860
Promissória	-	-	130.524.592	95.224.458
Total em garantias	**65.041.817**	**51.149.135**	**213.312.489**	**211.323.926**

Reconciliação do fluxo de caixa de empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 30 de junho de 2021	**20.940.109**	**208.100.283**
Despesas de juros	4.354.142	12.150.798
Variação cambial	(1.043.858)	7.778.733
Pagamentos de juros	(1.027.474)	(8.917.274)
Empréstimos tomados	46.343.000	93.485.000
Amortização de principal	(18.416.784)	(101.273.614)
Fluxo de caixa - Atividades de financiamento	**30.209.026**	**3.223.643**
Saldo em 30 de junho de 2022	**51.149.135**	**211.323.926**
Despesas de juros	8.940.684	18.898.002
Variação cambial	(174.435)	(13.506.367)
Pagamentos de juros	(5.608.067)	(15.770.951)
Empréstimos tomados	40.000.000	150.082.922
Amortização de principal	(29.265.500)	(137.715.043)
Fluxo de caixa - Atividades de financiamento	**13.892.682**	**1.988.563**
Saldo em 30 de junho de 2023	**65.041.817**	**213.312.489**

A Companhia possui instrumentos de dívida que preveem o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, entre outras obrigações, a manutenção de determinados índices financeiros. Abaixo, as principais exigências de índices financeiros impostas:

- Manutenção do índice Dívida /EBITDA igual ou inferior a 2,5 e 3,5 vezes;
- Manutenção do índice EBITDA/Parte da dívida de longo prazo, classificada no circulante: não inferior a 1,5 vezes;
- Manutenção do índice de Passivo total/Patrimônio líquido: Não superior a 1,5 a 2,5 vezes;

- Manutenção das garantias físicas e financeiras;
- Vedação quanto à existência de quaisquer protestos legítimos e não sanadas no tempo de cura;
- Inadimplência de quaisquer exigências, pecuniárias ou não, previstas nos contratos

Estas cláusulas restritivas financeiras são monitoradas pela Administração da Companhia. Em 30 de junho de 2023, a Companhia está cumprindo com todas as exigências.

19 Contribuições e obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Salários a pagar	3.290.483	3.267.784	6.049.778	16.926.037
INSS a pagar	1.389.739	1.642.623	1.389.739	1.642.623
FGTS a pagar	328.449	322.820	328.449	322.820
Provisões para encargos trabalhistas	7.103.080	7.025.655	10.555.370	10.534.774
Retenções	-	-	679.488	701.956
Participação dos funcionários no resultado	1.913.973	2.890.630	1.913.973	2.890.630
Participação dos dirigentes no resultado	1.000.000	1.350.000	1.000.000	1.350.000
Outros	89.928	25.061	89.928	25.061
Total	**15.115.652**	**16.524.573**	**22.006.725**	**34.393.901**

20 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Representantes	552.675	893.495	552.675	893.495
Credores diversos	3.882.322	2.094.435	5.152.195	3.386.802
Adiantamento de clientes	1.301.784	4.991.969	3.416.451	5.588.764
Provisões diversas	941.505	1.444.765	941.505	1.444.765
Total	**6.678.286**	**9.424.664**	**10.062.826**	**11.313.826**

21 Contingências

A Controladora é parte envolvida em processos judiciais nas áreas trabalhistas e cível, que estão em andamento. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais. As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como

perdas possíveis ou prováveis ao final de cada exercício estão apresentadas a seguir, sendo que as contingências consideradas como perdas prováveis estão provisionadas contabilmente.

Contingências passivas (controladora)

A Controladora é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível de perda provável e de perda possível dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho, por doenças ocupacionais, pedidos de equiparação salarial, e pedidos de vínculo empregatício de prestadores de serviços. As contingências consideradas como perdas possíveis de natureza trabalhista constituem o montante de R$ 3.930.848 e R$ 3.014.328 em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, respectivamente. As contingências consideradas como perdas possíveis de natureza cível constituem o montante de R$ 851.000 e R$ 4.127 em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, respectivamente. Não há contingências tributarias passivas nos exercícios analisados.

As contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas prováveis estão provisionadas e seu valor informado abaixo, juntamente com os valores dos depósitos judiciais relacionados.

	Controladora	
	30/06/2023	**30/06/2022**
Natureza	**Provável**	**Provável**
Provisão Contingência Trabalhista	1.771.856	3.462.534
		-
Natureza	**Depósitos judiciais**	**Depósitos judiciais**
Trabalhista	1.372.984	1.692.405

A Companhia vem trabalhando no fechamento de acordos, para encerrar processos antigos. Esse trabalho vem sendo realizado a fim de reduzir o número de processos em andamento e vem surtindo efeitos na redução de contingências no passivo.

Abaixo segue movimentações das provisões de contingências trabalhistas:

	Controladora
Saldo em 30/06/2022	3.462.534
Provisão de Contingência Trabalhista	1.363.755
Pagamento	(578.533)
Reversão de Contingência Trabalhista	(2.475.900)
Saldo em 30/06/2023	**1.771.856**

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 85.000.000 é composto de 16.016.924 ações ordinárias e 32.029.564 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 28 de outubro de 2022 foi aprovado o aumento de capital da companhia no valor de R$ 19.000.000, passando de R$ 66.000.000, para o valor de R$ 85.000.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro.

De acordo com o estatuto social, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a Companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro que proporcione direito de conversão em ações, e não possui instrumento de opção ou bônus de emissão que exercidos os direitos sejam emitidas ações.

Ações em circulação:

30/06/2023		30/06/2022	
Ordinárias	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**Preferenciais**
385.220	31.573.760	385.220	31.573.760

22.2 Reservas de lucros

As reservas possuem as seguintes naturezas:

a. Incentivos fiscais

Para investimentos

O saldo de 5.955.177 em 30 de junho de 2023 (5.955.177 de junho de 2022), decorre de incentivos fiscais recebidos por aplicação em cotas de Finor, Finam e operacionalização do Fundopem (RS), os quais estão registrados na reserva de capital.

Reserva de subvenção para investimentos

A Companhia registrou como reserva de subvenção para investimentos o montante de 87.108.799 (76.500.196 em junho de 2022), relativo às subvenções recebidas. Os incentivos fiscais são destinados após o encerramento do exercício para conta de reserva de subvenção para investimentos em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Os valores apurados referem-se à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS usufruído pela Companhia, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.
Os valores registrados contabilmente estão compostos da seguinte forma:

Exercício 17/18	4.758.922
Exercício 18/19	8.133.950
Exercício 19/20	6.250.675
Exercício 20/21	5.869.359
Exercício 21/22	6.165.623
Exercício 22/23	10.608.603
Total Crédito Presumido ICMS	**41.787.132**

Exercício 2013	9.998.618
Exercício 2014	8.880.157
Exercício 2015	8.347.641
Exercício 2016	8.459.722
Exercício 2017	9.635.529
Total LC 160/2017 constituída	**45.321.667**
	87.108.799

A partir da Lei Complementar 160/2017, os incentivos fiscais do ICMS são considerados subvenção para investimentos e não devem ser tributados pelo IRPJ e CSLL. Diante disso, a Companhia buscou reaver estes valores que foram tributados a maior, dentro do prazo prescricional e reconheceu os ativos no exercício de 2018. Na forma em que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor das receitas de subvenção para reserva de incentivos fiscais, dentro da Companhia de reservas de lucros, bem como devem ser excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Em atenção ao disposto no inciso 3º, art. 198 da instrução normativa da Receita Federal 1700/2017, a Companhia constituiu a reserva de lucros relativa à subvenção de investimentos relacionada aos exercícios que antecedem a mudança na legislação, ou seja, de 2013 a 2017, a qual foi transferida da reserva estatutária de Reserva de aumento de capital, investimentos e capital de giro, mediante aprovação em Assembleia.

b. Reserva legal

O saldo de 15.649.896 (R$ 13.200.000 em 30 de junho de 2022) foi constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Ao atingir o limite de 20% do capital social, a constituição da reserva é interrompida.

a. Reserva de aumento de capital, investimentos e capital de giro

O saldo de 94.665.873 (96.435.340 em junho de 2022) refere-se à reserva estatutária para aumento de capital, investimentos e capital de giro que tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. É formada com o saldo do lucro ajustado, após dele deduzido o dividendo obrigatório e tem como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Os administradores, conforme aprovação realizada em Reunião do Conselho de Administração em 28 de setembro, a proposta da administração, a qual será submetida para aprovação da assembleia, é de aumento de capital com parte do valor dessa reserva, de forma a atender o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, conforme modificada.

Prevê o estatuto da Companhia que do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e

o saldo, se for o caso, que não for apropriado à Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro (conforme descrito no parágrafo abaixo), ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela assembleia geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A assembleia geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.

22.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

O saldo de R$ 19.017.139 (R$ 19.388.407 em 30 de junho de 2022) é composto da seguinte forma:

i) R$ 3.632.445 (R$ 3.706.744 em 30 de junho de 2022) refere-se à reavaliação efetuada sobre imóveis, em 12 de dezembro de 1989, com base em laudo técnico. Os saldos da respectiva reserva são os seguintes:

ii) R$ 15.384.694 (R$ 15.681.664 em 30 de junho de 2022) foi constituído em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, já líquido dos impostos diferidos, na adoção inicial do CPC 27/IAS 16.

Outros resultados abrangentes

O equivalente a R$ 52.610.756 (R$ 67.480.913 em 30 de junho de 2022) é apresentado pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Controlada.

23 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

Em 30/06/2023, foi provisionado a título de dividendos o valor de 10.200.000, sendo que a efetivação do pagamento aguarda aprovação da assembleia geral de acionistas.

O valor foi distribuído igualmente aos acionistas, calculados conforme segue:

Descrição	**30/06/2023**
Lucro Líquido	**48.997.920**
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	**49.369.189**
Destinações Propostas	**49.369.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o resultado	**36.310.690**
Dividendos (0,188935192 por ação preferencial e ordinária)	**9.077.673**
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	**85.000.000**
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	**10.200.000**
Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

No presente exercício, a distribuição de dividendos foi calculada com base no Capital Social, uma vez que o valor por ação preferencial se mostrou mais vantajoso utilizando essa abordagem em comparação com a base referente ao resultado do exercício.

Quando existentes, os dividendos obrigatórios são demonstrados no Balanço Patrimonial da Controladora, como obrigações (provisão no passivo circulante) e os não obrigatórios estão contabilizados em conta de Patrimônio Líquido, no equivalente a R$ 1.122.328.

No valor consolidado de dividendos a pagar, encontram-se R$ 16.385.296 (R$ 18.030.129 em 30 de junho de 2022), devidos pela Controlada situada em El Salvador aos acionistas não controladores.

24 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora

		30/06/2023		30/06/2022	
	Hierarquia do valor justo	**Custo amortizado**	**Valor justo pelo resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo pelo resultado**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		47.961.513	-	25.373.119	-
Aplicações financeiras		6.700.999	-	7.366.941	-
Contas a receber		41.921.035	-	63.763.775	-
Derivativos	Nível 2	-	550.462	-	-
Depósitos judiciais		1.372.984	-	1.692.405	-
Outras contas a receber		3.780.893	-	5.712.917	-
Despesas antecipadas		1.762.142	-	994.737	-
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	60.720	-
Passivo					
Fornecedores		39.531.910	-	42.472.461	-
Empréstimos e financiamentos		65.041.817	-	51.149.135	-
Obrigações tributárias		1.844.012	-	1.130.683	-
Contribuições e obrigações com o pessoal		15.115.652	-	16.524.573	-
Outras contas a pagar		6.678.286	-	9.424.664	-
Dividendos a pagar		9.102.764	-	15.314.750	-
Arrendamento mercantil a pagar		372.254	-	305107	-
Outras contas a pagar para partes relacionadas		2.172	-	211	-

Consolidado

		30/06/2023		30/06/2022	
	Hierarquia do valor justo	**Custo amortizado**	**Valor justo pelo resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo pelo resultado**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		110.907.549	-	61.537.897	-
Aplicações financeiras		6.700.999	-	7.366.941	-
Clientes		84.028.087	-	154.316.397	-
Derivativos	Nível 2	-	550.462	-	-
Depósitos judiciais		1..372.984	-	1.692.405	-

Outras contas a receber	7.139.857	-	7.139.479	-
Despesas antecipadas	3.700.416	-	2.853.482	-
Contas a receber de partes relacionadas	20.708.673		15.240.606	-
Passivo				
Fornecedores	77.787.252	-	88.972.894	-
Empréstimos e financiamentos	213.312.489	-	211.323.926	-
Obrigações tributárias	1.857.976	-	1.138.552	-
Contribuições e obrigações com o pessoal	22.006.725	-	34.393.901	-
Outras contas a pagar	10.062.826	-	11.313.826	-
Dividendos a pagar	18.663.271	-	18.030.129	-
Arrendamento mercantil a pagar	372.254	-	305.107	-
Outras contas a pagar para partes relacionadas	2.172	-	211	-

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco a Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. A Companhia busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Em relação a isso são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas. Veja exposição ao risco apresentada na nota explicativa número 10.

- **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia analisa e acompanha seu fluxo de caixa, investimentos e endividamento mensalmente com o objetivo de agir de forma estratégica na captação de recursos e no controle dos investimentos.

	Consolidado					
30 de junho de 2023		**Fluxos de caixa contratuais**				
Em milhares de Reais	**Valor contábil**	**Total**	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	213.312.489	239.817.211	15.028.618	89.151.503	70.376.857	65.260.233
Passivo de arrendamento	372.254	430.133	109.011	215.066	106.056	-
Fornecedores	77.787.253	77.787.253	60.312.952	15.518.190	1.495.295	460.816
Contribuições com pessoal	22.006.725	22.006.725	12.047.676	9.959.049	-	-
Dividendos	16.385.296	16.385.296	-	16.385.296	-	-
Outras contas a pagar	10.062.826	10.062.826	10.062.826	-	-	-

- **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações afetem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, estes estão apresentados da seguinte forma:

Risco á taxa de juros

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada
Uma alteração de 25% e 50% nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

			Impacto no resultado			
		Cenário Atual	**Cenário I**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário II**
			25%	**-25%**	**50%**	**-50%**
Taxa de juros DI	**Valor contábil**	**12,65%**	**15,81%**	**9,49%**	**18,98%**	**6,33%**
Empréstimos	(65.041.817)	(8.878.208)	(11.097.760)	(7.102.566)	(13.317.312)	(5.918.805)
Aplicações financeiras	46.639.971	6.366.356	7.957.945	5.093.085	9.549.534	4.244.237
	(18.401.846)	(2.511.852)	(3.139.815)	(2.009.481)	(3.767.778)	(1.674.568)
Variação			(627.963)	502.370	(1.255.926)	837.284

Riscos com taxa de câmbio: decorrem da possibilidade de a Companhia vir a incorrer perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. A tabela abaixo demonstra

os saldos em moeda estrangeira contidos nas respectivas contas.

	Controladora			
	30/06/2023			
	R$	**US$**	**E$**	**JPY$**
Clientes (i)	2.737.115	568.031	-	-
Numerários em andamento	7.496.390	1.524.191	28.875	-
Outros ativos	1.376.801	275.718	-	-
Adiantamento a fornecedores (iii)	3.841.926	338.958	417.920	-
Total Ativo	**15.452.232**	**2.706.898**	**446.795**	**-**
Fornecedores (iv)	(7.253.488)	(22.000)	(908.422)	(71.001.721)
Financiamento de imobilizado	-	-	-	-
Empréstimos (v)	(3.289.125)	-	(497.285)	-
Arrendamento mercantil a pagar	(460.280)	-	(87.483)	-
Adiantamento de clientes (vi)	(682.843)	(141.692)	-	-
Total Passivo	**(11.685.736)**	**(163.692)**	**(1.493.190)**	**(71.001.721)**
Exposição líquida	**3.766.496**	**2.543.206**	**(1.046.395)**	**(71.001.721)**
Aumento de 10% nas moedas	**(376.650)**			
Aumento de 20% nas moedas	**(753.299)**			

	Controladora			
	30/06/2022			
	R$	**US$**	**E$**	**JPY$**
Clientes (i)	2.682.329	512.149	-	-
Numerários em andamento	3.070.657	586.295	-	-
Outros ativos (ii)	3.594.600	700.000	-	-
Adiantamento a fornecedores (iii)	10.042.385	701.982	927.000	33.495.870
Total Ativo	**19.389.971**	**2.500.426**	**927.000**	**33.495.870**
Fornecedores (iv)	(3.049.682)	-	(280.460)	(39.167.759)
Financiamento de imobilizado	(502.105)	-	-	(13.007.890)
Empréstimos (v)	(5.300.004)	-	(876.771)	-
Arrendamento mercantil a pagar	(959.333)	-	(174.965)	-
Adiantamento de clientes (vi)	(3.206.973)	(612.251)	-	-
Total Passivo	**(13.018.097)**	**(612.251)**	**(1.332.196)**	**(52.175.649)**
Exposição líquida	**6.371.874**	**1.888.175**	**(405.196)**	**(18.679.779)**
Aumento de 10% nas moedas	**(637.187)**			
Aumento de 20% nas moedas	**(1.274.375)**			

(i) Trata-se do saldo de vendas a receber no mercado externo, ou seja, exportações realizadas no curso normal das atividades.

(ii) O saldo é referente a contrato de câmbio, que já foram liquidados, para aquisição de moeda. Os saldos serão destinados ao pagamento de fornecedores estrangeiros no futuro.
(iii) Adiantamentos a fornecedores de imobilizado no mercado externo. A Companhia vem fazendo aquisições, principalmente de maquinários, para ampliação da capacidade fabril de confecções e modernizações das plantas.
(iv) Fornecedores de matérias primas no mercado externo.
(v) Empréstimos tomados no exterior, em moeda estrangeira, por uma maior atratividade nos custos.
(vi) Valores recebidos antecipadamente de clientes no exterior, como garantia para exportações.

Derivativos: a Controladora mantém instrumentos derivativos visando a proteção de operações de importações, exportações e recebimento de dividendos de sua Controlada. Os ganhos ou perdas (resultado financeiro) são reconhecidos por competência no resultado. Os contratos de travas de importação têm seu valor desembolsado no ato do contrato, sendo registrado no Ativo. Enquanto os contratos de travas de exportação são registrados pelo seu valor justo. A Administração da Companhia monitora permanentemente os instrumentos financeiros derivativos. Abaixo estão apresentados os saldos dos contratos e os ganhos e perdas nos exercícios:

		Valores em 30/06/2022				
Vencimentos	**Operação**	**Valor contratado em US$**	**Valor contratado em R$**	**Ganhos / (perdas) R$**	**Ganhos / (perdas) U$**	**Operações**
out/22	Trava de dividendos	1.000.000	5.238.000	282.000	53.837	Dividendos
fev/23	Trava de importação	250.000	1.320.250	10.900	2.016	Compras futuras
fev/23	Trava de importação	250.000	1.290.750	18.600	3.565	Compras futuras
mar/23	Trava de importação	200.000	983.600	63.880	12.243	Compras futuras
	Total	**1.700.000**	**8.832.600**	**375.380**	**71.661**	

		Valores em 30/06/2023				
Vencimentos	**Operação**	**Valor contratado em US$**	**Valor contratado em R$**	**Ganhos / (perdas) R$**	**Ganhos/(perdas) U$**	**Operações**
jan/24	Trava de importação	400.000	2.006.400	(14.901)	3.092	Compras futuras
abr/24	Trava de importação	200.000	997.000	(33.160)	6.881	Compras futuras
set/23	Swap	-	20.000.000	598.523	124.196	Empréstimos
	Total	**600.000**	**23.003.400**	**550.462**	**134.169**	

Em relação à análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia utilizou um cenário provável com expectativa da taxa média do dólar para o ano de 2023, tendo como base o Relatório Focus de 06 de abril de 2023. A operação de swap não está vinculada a taxa do dólar, mas sim, ao CDI.

				Cenário provável	
Operação	**Valor contratado em US$**	**Valor contratado em R$**	**Taxa de contratação**	**Taxa dólar estimado**	**Ganho/(perda) na variação do valor justo**
Trava de importação	400.000	2.006.400	5,016	5,000	(6.400)
Trava de importação	200.000	997.000	4,985	5,000	3.000
Total					**(3.400)**

Em relação ao contrato de swap, a Companhia utilizou um cenário provável utilizando o IPCA (taxa contratada do empréstimo) e o CDI (taxa do swap):

			Cenário provável	
Operação	**Valor contratado em R$**	**Taxa dos empréstimos**	**Taxa Swap**	**Ganho/(perda)**
Swap	20.000.000	12,73%	14,58%	(370.000)
Total				(370.000)

25 Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**Preferenciais**
Resultado líquido do exercício	16.334.096	32.663.824	22.504.648	45.003.277
Média ponderada de ações emitidas	16.016.924	32.029.564	16.016.924	32.029.564
Resultado por ação (básico e diluído)	1,02	1,02	1,41	1,41

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

26 Receita líquida de vendas

Abaixo, está apresentada a receita desagregada por região geográfica:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Brasil	383.844.839	397.012.941	383.844.840	397.012.941
Argentina	11.727.150	20.583.689	11.727.150	20.678.998
China	6.269.525	-	6.691.242	89.022
Paraguai	4.703.537	5.922.121	4.703.537	5.922.121
El Salvador	-	-	336.913.230	330.394.103
Estados Unidos	-	-	78.575.685	69.210.712
Guatemala	-	-	47.864.667	63.779.331
Taiwan	-	-	31.508.083	33.316.372
Coreia	-	-	14.408.934	918.285
Honduras	-	-	8.125.344	5.638.620
Outros	2.074.803	2.293.620	3.961.956	1.581.803
Devoluções de Vendas	**(1.570.001)**	**(1.164.631)**	**(12.141.580)**	**(5.866.425)**
Impostos sobre Vendas	**(75.025.886)**	**(78.662.856)**	**(75.025.886)**	**(78.662.856)**
Receita Líquida	**332.023.967**	**345.984.884**	**841.157.202**	**844.013.027**

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Receitas financeiras	**26.986.721**	**42.521.548**	**32.265.379**	**47.504.207**
Rendimentos de aplicação financeira	5.113.747	2.782.715	5.113.748	2.782.715
Atualização sobre créditos tributários	1.800.603	17.168.932	1.800.603	17.168.932
Juros ativos	452.153	260.527	2.293.672	1.052.448
Variação cambial ativa	7.364.058	11.959.519	8.337.691	13.183.962
Ajuste a valor presente	11.188.233	8.515.718	13.651.738	11.482.013
Outras	1.067.927	1.834.137	1.067.927	1.834.137
Despesas financeiras	**(21.265.714)**	**(20.630.408)**	**(36.037.191)**	**(32.466.013)**
Juros passivos	(8.032.803)	(4.476.845)	(18.776.140)	(12.289.883)
Variação cambial passiva	(4.920.852)	(7.504.842)	(6.480.734)	(8.031.237)
Variação cambial passiva - derivativos	(971.070)	(2.063.866)	(971.070)	(2.063.866)
Ajuste a valor presente	(6.445.559)	(4.633.425)	(8.913.817)	(7.595.747)
Outras	(895.430)	(1.951.430)	(895.430)	(2.485.280)
Resultado financeiro líquido	**5.721.007**	**21.891.140**	**(3.771.812)**	**15.038.194**

28 Despesas por natureza e função

A seguir o detalhamento das despesas por natureza e função:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(271.359.163)	(278.976.706)	(698.163.799)	(706.764.171)
Despesas comerciais	(29.707.756)	(28.666.504)	(35.871.732)	(34.917.385)
Despesas Administrativas	(29.797.284)	(29.494.896)	(46.398.843)	(43.152.303)
Total	**(330.864.203)**	**(337.138.106)**	**(780.434.374)**	**(784.833.859)**
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(8.297.962)	(5.403.951)	(29.289.386)	(27.459.231)
Despesas com pessoal	(71.153.797)	(71.078.681)	(110.496.801)	(103.113.479)
Matérias primas e materiais consumidos	(178.836.851)	(183.073.399)	(528.816.652)	(553.999.307)
Matriz energética	(23.562.796)	(23.079.002)	(29.345.578)	(29.067.496)
Fretes e comissões	(15.362.164)	(16.819.280)	(16.017.685)	(17.358.126)
Honorários	(5.654.400)	(5.219.520)	(5.654.400)	(5.119.520)
Manutenção	(7.614.125)	(7.006.067)	(16.109.938)	(16.489.185)
Serviços de terceiros	(9.166.040)	(9.102.177)	(10.822.767)	(11.129.492)
Participação de funcionários	(2.913.973)	(4.240.630)	(2.913.973)	(4.240.630)
Outras	(8.302.095)	(12.115.398)	(30.967.194)	(16.857.393)
Total	**(330.864.203)**	**(337.138.105)**	**(780.434.374)**	**(784.833.859)**

29 Informações por segmento de negócio

A Companhia atua somente no segmento industrial têxtil conforme descrito na Nota Explicativa 01 – Contexto operacional, no mercado nacional e internacional. O segmento de atuação de sua controlada é o mesmo que o da Companhia.

30 Outras receitas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Outras Receitas				
Incentivo Fiscal ICMS *(a)*	10.608.602	6.165.623	10.608.602	6.165.623
Receita com alienação de imobilizado	597.970	1.215.368	597.970	1.228.217
Recuperação de Tributos	181.272	4.104.753	181.272	4.104.753
Recuperação PIS/Confins - Exclusão ICMS Base	-	20.055.084	-	20.055.084
Reversão de provisão laboral	-	-	11.204.497	-
Dividendos recebidos	-	-	586.733	634.744
Outras receitas	1.072.841	222.762	6.960.729	5.530.177
Total	**12.460.685**	**31.763.590**	**30.139.803**	**37.718.598**
Outras Despesas				
Custo de alienação com imobilizado	(226.190)	(634.676)	(4.568.803)	(767.437)
Outras despesas	(1.925.847)	(2.187.811)	(1.932.308)	(2.295.592)
Total	**(2.152.037)**	**(2.822.487)**	**(6.501.111)**	**(3.063.029)**
Resultado Líquido	**10.308.648**	**28.941.103**	**23.638.692**	**34.655.569**

a. Incentivo fiscal de ICMS - Crédito presumido

De acordo com o Decreto (RS) 49.700/12, a Companhia registrou em suas Demonstrações financeiras anuais, na conta de Outras Receitas Operacionais, incentivos fiscais decorrentes de crédito presumido de ICMS. Tal crédito presumido é apurado sobre as vendas de produtos a outros estados, de forma que o recolhimento de ICMS não seja inferior a 3,5% da Receita Bruta. Este benefício não tem prazo de vigência, a partir do Decreto (RS) 56.078 de 06 de setembro de 2021.

Conselho de Administração

Carla Francisca Pettenati
Presidente

Cláudio José Rossi
Vice-presidente

Murici dos Santos
Conselheiro

Diretoria

Otávio Ricardo Pettenati
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

Carla Francisca Pettenati
Diretora Comercial

Fernanda Maria Pettenati
Diretora de Marketing

Roberta Daniela Pettenati
Diretora de RH e Compliance

Contador

Eduardo Pastori
Contador
Contador – CRC: SC-029116/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da

Pettenati S.A. – Indústria Têxtil

Caxias do Sul -RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pettenati S.A. Indústria Têxtil (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pettenati S.A. Indústria Têxtil em 30 de junho de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas . Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita	
Veja a Nota 7.2 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia reconhece receita de venda de produtos, principalmente de tecidos e confecção. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações ou quando retirados por transportadores contratados pelos clientes. O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras. Em função disso, do volume de vendas ocorridas no final do exercício, do prazo de entrega dos produtos, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: ▪ Entendimento dos fluxos e processos de vendas, testes do desenho e implementação do controle de reconhecimento de receita em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle dos produtos vendidos para a contraparte, notadamente no período de corte; ▪ Para uma amostra de transações de venda da Companhia inspecionamos a documentação que evidencia a ocorrência da transação de venda, a liquidação financeira ou a documentação de entrega dos produtos vendidos que suporta o momento adequado do reconhecimento da receita; e ▪ Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023.
Precisão e valorização dos estoques	
Veja as Notas 7.4 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**

Os estoques da Companhia são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O critério de valoração dos estoques é baseado no cálculo do custo médio, no qual inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As perdas com a realização de estoques são reconhecidas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos sempre que o valor de realização for menor que o custo médio dos estoques.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: ▪ Acompanhamento dos inventários físicos gerais efetuados pela Companhia no encerramento do exercício, atentando para os controles aplicados no processo para concluirmos sobre a integridade e precisão das contagens efetuadas; ▪ Procedimentos de auditoria sobre as contagens físicas por amostragem e
Em razão do risco de erro material associado à precisão e valorização dos estoques e devido à relevância dos valores envolvidos, ao volume de transações e quantidades de itens em estoques e à extensão dos esforços de auditoria necessários para tratar esse assunto, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.	confrontação com os registros ao final dos procedimentos de inventário executados para avaliar se os lançamentos de ajustes identificados nos registros auxiliares de estoques e registros contábeis da Companhia foram efetuados; ▪ Em base amostral, conferimos os cálculos matemáticos para a apuração dos custos médios de produção e testamos se os estoques estão registrados por seus valores realizáveis líquidos; e ▪ Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a valorização e a divulgação dos estoques, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos estoques, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 30 de junho de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de setembro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de setembro de 2023

KPMG Auditores
Independentes Ltda. CRC SP

Luís Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1
014428/F 7

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A diretoria da companhia, atendendo ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declarara que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda, bem como com as opiniões expressas por essa auditoria no seu respectivo relatório.
Caxias do Sul, 28 de setembro de 2023.

A Diretoria

Anexo II

Parecer do Conselho Fiscal

Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal da Pettenati S.A. Indústria Têxtil, em reunião hoje realizada, no exercício da competência que lhes é atribuída pelo artigo 163 da Lei 6.404/76, examinaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho 2023, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e notas explicativas às demonstrações elaboradas consoante o requerido pelo artigo 176 do referido diploma legal sob a responsabilidade de sua administração.

Com base nas análises realizadas ao longo do exercício, no relatório da administração e ainda com base na opinião dos auditores independentes, somos de parecer que as referidas demonstrações representam adequadamente, sem ressalvas, a situação patrimonial e financeira da companhia e o resultado do exercício e, portanto, reúnem os requisitos para serem submetidas a apreciação dos acionistas da Pettenati S.A. Indústria Têxtil em Assembleia Geral, a ser convocada oportunamente.

Caxias do Sul, 28 de setembro de 2023.

RENATO GOMES RITTER MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ

ZULMAR NEVES

Anexo III

PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL
Companhia Aberta
CNPJ - 88.613.658/0001-10 – NIRE 43300003272

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Às 15:00 horas do dia 28 de setembro de 2023, na sede social da Companhia, na Rodovia Estadual RSC 453 km 2,4 em Caxias do Sul – (RS), reuniram-se os membros do Conselho de Administração Carla Francisca Pettenati, Cláudio José Rossi e, através de videoconferência, Murici dos Santos. Também estiveram presentes, Luis Cláudio Guerreiro e Gian Capelari, auditores da KPMG, Ricardo Pettenati, diretor Presidente, Richard Gonçalves da Silva, diretor de controladoria e finanças, Eduardo Pastori, gerente de controladoria e finanças, Francine Sostisso, supervisora contábil e fiscal, Maria Elvira Lopes Gimenez, Zulmar Neves e Renato Gomes Ritter, membros do Conselho Fiscal.
Foi eleita para presidir os trabalhos, a Sra. Carla Francisca Pettenati, e secretariado por Francine Sostisso, tendo como pauta os seguintes assuntos:

1. Apreciação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, juntamente com o relatório dos auditores independentes relativas ao exercício encerrado em 30/06/2023;

2. Apreciação da proposta de destinação dos lucros acumulados e do lucro líquido do exercício, bem como distribuição dos dividendos;

3. Aumento do Capital Social com alteração da redação do ***art. 5°*** do estatuto social;

4. Apreciação da proposta de participação nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023 aos diretores no montante de R$ 1.000.000,00;

5. Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e proposição de sua pauta.

Após discutirem e analisarem a pauta em todos seus aspectos foi deliberado pelos conselheiros:

1. Aprovar por unanimidade de votos o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, juntamente com o parecer dos auditores independentes e relatório da administração, relativos ao exercício encerrado em 30/06/2023.

2. Aprovar por unanimidade dos votos a proposta de destinação do resultado do exercício, conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2023
Lucro Líquido	**48.997.920**
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	**49.369.189**
Destinações Propostas	**49.369.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o resultado	**36.310.690**
Dividendos (0,188935192 por ação preferencial e ordinária)	**9.077.673**
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	**85.000.000**
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	**10.200.000**
Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

O Conselheiro Murici dos Santos votou favoravelmente em relação a proposta de distribuição de dividendos, todavia, sugeriu que os dividendos ora propostos e os próximos, sejam realizados sob a forma de "Juros sobre capital próprio", tendo em vista os benefícios tributários em favor da Companhia.

3. Aprovar por unanimidade o aumento do capital social no valor de R$ 15.000.000, com utilização da Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro, em cumprimento ao artigo 199, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista que a soma das reservas de lucros ultrapassou o valor do Capital Social.:

> *"Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos."*

Com alteração do artigo 5º, do estatuto social, conforme segue, passando o saldo do capital social de R$ 85.000.000,00 para R$ 100.000.000,00:

> *Art. 5º - O capital social é de R$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e*

nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.

O Conselheiro Murici dos Santos votou favoravelmente em relação ao aumento do capital social, todavia, sugeriu que o aumento do capital social ora proposto e os próximos, sejam efetuados com bonificação em ações (artigo 169, da Lei 6.404/76), objetivando principalmente aumentar o número de ações em circulação e a utilização de benefício tributário pelos acionistas pessoa física.

4. Aprovar por unanimidade o envio para deliberação em Assembleia Geral de proposta de participação dos diretores nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023, no montante de R$ 1.000.000,00;

5. Aprovar por unanimidade a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para dia 31 de outubro de 2023, às 14:00 horas, propondo a seguinte pauta:

Pauta proposta para a AGO:

1. Apreciação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras juntamente com o parecer dos auditores independentes e relatório da administração, relativos ao exercício encerrado em 30/06/2023;

2. Apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício:

Descrição	**30/06/2023**
Lucro Líquido	**48.997.920**
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	**49.369.189**
Destinações Propostas	**49.369.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	**85.000.000**
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	**10.200.000**
Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

3. Eleição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal (se for o caso);

4. Deliberação sobre a proposta de fixação da remuneração mensal global dos administradores e, se for o caso, Conselho Fiscal;

5. Proposta de participação dos diretores nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023, no montante de R$ 1.000.000,00;

Pauta proposta para a AGE:

1. Aumento do Capital Social com alteração da redação do ***art. 5°*** do estatuto social;

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos da reunião, lavrando-se a presente ata que vai assinada por todos os membros do Conselho de Administração.

Caxias do Sul (RS), 28 de setembro de 2023.

CARLA FRANCISCA PETTENATI
Presidente do Conselho

CLÁUDIO JOSÉ ROSSI
Vice-Presidente do Conselho

MURICI DOS SANTOS
Conselheiro

Anexo IV
Comentários dos Administradores relativos à situação financeira da Companhianos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481/09.

10 Comentário dos diretores
10.1. Os diretores devem comentar sobre:
a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Exercício 2022/2023

Na busca pela inovação, ressaltamos alguns temas que guiam cada etapa do nosso trabalho, dentre eles, a exigência pela qualidade, o serviço customizado, a preocupação com a sustentabilidade, a alta performance dos produtos e a inspiração na moda são motivos de nossa paixão e dedicação. A empresa é reconhecida e querida por seus clientes, principalmente pela confiabilidade de seus produtos. A seriedade e a dedicação a todos os detalhes dos processos de desenvolvimento e fabricação resultam em produções ícones em vendas e líderes de mercado.

A liderança no setor têxtil, conquistada pela Pettenati, é fruto de suas fortes habilidades que estão pautadas por versatilidade, velocidade, produção sustentável, tecnologia de ponta utilizada em todo o processo, constante evolução das técnicas de produção e pesquisa das últimas tendências de moda.

Os esforços de anos de trabalho, somados a custos internacionalmente competitivos, resultam na mais moderna tecelagem de malharia circular da América Latina, que exporta, um conceito de trabalho, além dos seus produtos. A paixão da Pettenati é criar produtos e soluções têxteis inovadoras para o sucesso dos clientes.

No exercício de 2022/2023, começamos o ano cientes de que enfrentaríamos desafios importantes. O cenário global, marcado por grandes altas de inflação, levou os Bancos Centrais a elevarem fortemente as taxas de juros, resultando em desaceleração econômica tanto no Brasil quanto no mundo. Além disso, a guerra em curso na Ucrânia impactou com aumento dos preços das commodities, alimentos e combustíveis. No Brasil, o período eleitoral foi marcado por incertezas adicionais.

Em relação ao desempenho de nossas operações no Brasil, nesse exercício atingimos uma receita bruta total de R$ 408.620 mil, com dois cenários distintos para confecção e tecidos. Na Unidade de Confecção, registramos um crescimento de 16,6% no volume de peças faturadas em relação ao ano anterior. No entanto, nos tecidos, enfrentamos uma redução de 15,5% no volume de toneladas faturadas, principalmente devido às temperaturas mais altas no inverno e aos estoques elevados de nossos clientes.
Na operação da confecção, destacamos o notável crescimento de 33% no faturamento em relação ao ano anterior, que representa agora 21,4% de participação no faturamento total do Brasil. Esse crescimento mostra não só o volume crescente de produção e vendas, mas também aumento do valor agregado, com vendas maiores em itens mais especializados e sofisticados.

Esse sucesso é resultado do planejamento estratégico e dos investimentos em capacidade de produção, beneficiado pela demanda de clientes que adotaram uma estratégia de nacionalização da produção e expansão de seus canais de venda digitais.

Apesar de um cenário de retração nas vendas de tecidos no Brasil, a Pettenati fez investimentos substanciais na melhoria de processos e atualização tecnológica. Destacamos o Projeto do Armazém Inteligente Pettenati. Esse projeto é uma solução inovadora de intralogística, aplicando tecnologias como automação, inteligência artificial e robótica, alinhadas com a nossa filosofia de gestão Lean Manufacturing. Aplicamos a melhor tecnologia para o gerenciamento automatizado de estoque, ampliando a conectividade e integração com sistemas de inteligência de dados em tempo real (WMS), interligando a produção por meio de movimentação de cargas com trans elevadores, sistemas trailers e robô autônomo industrial (AMR's) de última geração.
O Armazém inteligente Pettenati terá um impacto impressionante na gestão da expedição de mercadorias, melhorando em 45% a produtividade, promovendo a redução de 70% nos custos internos de movimentação de estoques e otimização do espaço físico e a redução dos impactos ambientais, como redução no consumo de energia, combustível e emissões atmosféricas. Além disso, proporcionará um ambiente de trabalho mais seguro e com menor risco ergonômico operacional para os nossos profissionais. Este é um projeto importante na construção de nossa indústria 4.0, que impulsiona a Pettenati rumo ao propósito de liderar a inovação têxtil global.

Além de tudo, a Pettenati continua investindo em máquinas e equipamentos para modernizar seu parque fabril, buscando maior eficiência energética, produtividade e digitalização dos processos. Esses investimentos têm por objetivo revisar e padronizar processos chaves, procedimentos e políticas em nossa matriz e em nossa controlada em El Salvador, contribuindo para maior eficiência e agilidade, evolução da governança e aumento da competitividade da empresa.

A controlada Pettenati El Salvador merece destaque no ano, alcançou um faturamento recorde de USD 101.277 mil, equivalente a R$ 519.705 mil. Apesar do cenário internacional e do mercado de varejo americano retraído, devido às altas taxas de juros e à redução do consumo, a operação de El Salvador manteve os volumes de faturamento quando comparado com o ano de 2021/2022.
A margem bruta e margem EBITDA apresentaram crescimento relevante, como pode ser observado nos números que serão apresentados em nosso relatório.

Encerramos o ano com conquistas notáveis, apresentando crescimento de margem bruta e Ebitda, e realizamos o maior volume de investimentos da história em nossas plantas fabris, totalizando R$ 86.807 mil, um crescimento de 46% em relação ao ano anterior, principalmente em instalações, máquinas e equipamentos, focando na digitalização e automatização dos processos.
Ainda assim, apresentamos uma redução no nível de endividamento líquido nos últimos trimestres, finalizando o ano com 0,9 vezes em relação ao Ebitda contra 1,4 vezes no final do exercício 2021/2022.

Mercado e Vendas

Controladora:

A receita bruta da Controladora acumulada no exercício 22/23 foi de R$ 408.620 mil, com uma redução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita da operação de tecidos foi de R$ 321.155 mil, sendo 10,8% menor que o período anterior, enquanto a receita da confecção totalizou R$ 87.465 mil, apresentando um crescimento de 33% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O desempenho da receita destaca-se, principalmente pelo incremento de 16,6% no volume de vendas da confecção, ampliando a participação no total da receita bruta de 15,4% no acumulado do ano anterior para 21,4% no exercício de 22/23.
Com relação ao segmento de tecidos, a redução observada no volume faturado da Controladora em 15,5%, foi afetado pelo inverno com temperaturas mais altas, principalmente na região sul e sudeste do país, além de

volumes elevados de estoques do mercado de confecções e varejo. A queda no faturamento de tecidos foi compensada em parte pelo desempenho da confecção, com o incremento do volume faturado, aliado ao aumento do preço médio praticado, com maior demanda por produtos de maior valor agregado.

Consolidado:

A receita bruta consolidada da Companhia no exercício de 22/23 atingiu o montante de R$ 928.325 mil em comparação aos R$ 928.542 mil do período anterior, praticamente sem variação. A redução no faturamento da Controladora foi compensada pelo incremento de 3,4% na receita da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. A receita bruta da Controlada no período foi de R$ 519.705 mil, representando 56% do montante da receita consolidada da Pettenati. O aumento da receita está relacionado à recuperação do preço médio em relação ao exercício anterior e o desempenho constante no volume de vendas de tecidos que totalizou 7.580 toneladas no período, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 21/22. Destacamos o recorde de receita em dólar da Controlada em El Salvador no período de 22/23, de USD 101.277 mil, apresentando um incremento de 4,4% em relação ao ano anterior.

Resultados

Consolidado:

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

b) Estrutura de capital

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Controladora

A Controladora encerrou o exercício com um endividamento bruto de R$ 65.042 mil, em comparação aos R$ 72.509 mil do último trimestre, uma redução de R$ 7.467 mil comparado com o trimestre anterior, resultando na queda do endividamento líquido em R$ 6.639 mil, decorrência do aumento de geração de caixa operacional. O índice de alavancagem do trimestre foi de 0,5x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando uma significativa queda de 0,4x em relação ao fechamento do período anterior.

Consolidado

A Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período. A companhia mantém a estratégia de melhorar o perfil da dívida, através do alongamento e redução no custo da dívida para as novas captações, posicionando a maior parte do

endividamento no longo prazo com taxas mais atrativas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:
A Companhia utiliza recursos próprios e linhas com prazo médio de curto e longo prazos junto a instituições financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez
Não temos expectativa de deficiência de liquidez, porém, caso seja necessário, podemos dispor de linhas de crédito de curto e longo prazos junto a instituições financeiras comerciais dentro de limites já pré-aprovados e disponíveis para tomada.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeira

					Controladora		Consolidado	
	Modalidade	**Indexador**	**Juros**	**Vencimento**	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Moeda Nacional					**61.752.692**	**46.350.460**	**61.752.692**	**46.350.460**
Aval	Capital de Giro	CDI	2,11% a.a.	2022	-	2.619.750	-	2.619.750
Aval	NCE	CDI	2,50% a.a.	2023	8.014.809	15.886.195	8.014.809	15.886.195
Aval	Capital de Giro	CDI	4,55% a.a.	2023	-	3.333.333	-	3.333.333
Aval	NCE	CDI	2,14% a.a	2024	5.265.005	8.726.628	5.265.005	8.726.628
Aval	Capital de Giro	CDI	2,58% a.a.	2024	6.289.254	10.442.694	6.289.254	10.442.694
Aval	CCB	IPCA	8,57% a.a.	2023	11.065.575	-	11.065.575	-
Aval	CPRF	CDI	2,18 % a.a	2025	17.201.458	-	17.201.458	-
Aval	CCB	IPCA	7,67% a.a	2025	8.476.887	-	8.476.887	-
Aplicação financeira	CCB	CDI		2026	5.439.704	5.341.860	5.439.704	5.341.860
Moeda Estrangeira					**3.289.125**	**4.798.675**	**151.559.797**	**164.973.466**
Aval	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.687.237
Aval	Loan 4131		0,86% a.a.	2025	3.289.125	4.798.675	3.289.125	4.798.675
Aval	Capital de Giro		5,00% a.a.	2025	-	-	-	38.263.096
Aval	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.746.080	-
Promissória	Capital de Giro		4,50% a.a.	2022	-	-	-	5.255.436
Promissória	Capital de Giro		5,50% a.a.	2023	-	-	-	11.799.704
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2023	-	-	-	15.759.671
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2024	-	-	-	20.377.840
Promissória	Capital de Giro		5,25% a.a.	2023	-	-	-	15.789.341
Promissória	Capital de Giro		5,75% a.a.	2024	-	-	19.284.392	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2024	-	-	11.625.495	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.450.349	-
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.242.466
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2024	-	-	4.821.873	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2027	-	-	38.724.715	-
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2027	-	-	38.617.768	-
Total					**65.041.817**	**51.149.135**	**213.312.489**	**211.323.926**
Passivo circulante					**39.401.675**	**27.024.135**	**91.235.924**	**111.762.612**
Passivo não circulante					**25.640.142**	**24.125.000**	**122.076.565**	**99.561.314**

Os empréstimos em dólares, constantes do consolidado, são oriundos da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. e serão por essa liquidados, quando de seus vencimentos, em dólares norte-americanos. Tais empréstimos no final de cada exercício correspondem a:

	30/06/2023	**30/06/2022**
Dólares	30.766.657	30.579.380

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há restrições impostas ao emissor, à exceção da hipoteca do imóvel localizado em El Salvador, oferecida em garantia a financiamentos obtidos naquele país, que vem sendo cumprida integralmente.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados. As linhas normalmente são para capital de giro, podendo ser utilizadas sem comprovação.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras
As principais alterações a destacar no balanço consolidado estão relacionadas abaixo:

Conta	30/06/2023	30/06/2022	Variação
Caixa e equivalentes de caixa	110.907.549	61.537.897	Aumento
Clientes	84.028.087	154.316.397	Diminuição
Contas a receber de partes relacionadas	20.708.673	15.240.606	Aumento
Estoques	146.093.574	162.976.306	Diminuição
Imobilizado	394.348.086	361.523.725	Aumento
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	91.235.924	111.762.612	Diminuição
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	122.076.565	99.561.314	Aumento

Caixa e equivalente de caixa: a Companhia apresentou um aumento do caixa e equivalentes, com fluxo de caixa previsto para liquidações de empréstimos e ingresso de clientes

Clientes: refere-se à melhora no prazo de recebimento de clientes, da Pettenati El Salvador, e para o caso do Brasil redução no faturamento do último trimestre de 22/23 em relação ao período anterior.

Contas a receber partes relacionadas: refere-se exclusivamente a operação de venda de mercadorias para as empresas que a Pettenati Centro América participa, Supertex El Salvador S.A de C.V. e Supertex Lourdes S.A. de C.V.

Estoques: os estoques de produtos prontos sofreram uma diminuição por conta do melhor controle, gestão dos estoques e redução proporcional a redução nos volumes de faturamento de tecidos.

Imobilizado: aumento na conta de imobilizado devido os investimentos recorde da companhia no ano de 22/23. A companhia investiu substancialmente na melhoria dos processos e atualização tecnológica, além de modernização de máquinas e equipamentos buscando maior eficiência energética, produtividade e digitalização dos processos. Os investimentos totalizaram R$ 86.806 mil, sendo um incremento de 46% em relação ao ano anterior.

Empréstimos e financiamentos: A companhia manteve o nível de captação de recursos, mas com estratégica de alongamento da dívida e redução dos custos de empréstimos. Tivemos uma redução nos empréstimos de curto prazo e um aumento na conta de longo prazo. Porém o endividamento líquido da Pettenati teve uma redução significativa em relação ao final do exercício anterior.

10.2. Os diretores devem comentar
a. Resultados das operações do emissor, em especial:
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nesse exercício atingimos uma receita bruta total de R$ 408.620 mil na operação do Brasil, com dois cenários distintos para confecção e tecidos. Na Unidade de Confecção, registramos um crescimento de 16,6% no volume de peças faturadas em relação ao ano anterior. No entanto, nos tecidos, enfrentamos uma redução de 15,5% no volume de toneladas faturadas, principalmente devido às temperaturas mais altas no inverno e aos estoques elevados de nossos clientes.

Na operação da confecção, destacamos o notável crescimento de 33% no faturamento em relação ao ano anterior, que representa agora 21,4% de participação no faturamento total do Brasil. Esse crescimento mostra não só o volume crescente de produção e vendas, mas também aumento do valor agregado, com vendas maiores em itens mais especializados e sofisticados.

Encerramos o exercício em 30 de junho com 1.303 funcionários na Controladora e com um faturamento bruto per capita de R$ 313,6 mil (R$ 377,7 mil no período anterior).

A controlada Pettenati El Salvador alcançou um faturamento recorde de 101.277 mil dólares, equivalente a R$ 519.705 mil. Apesar do cenário internacional e do mercado de varejo americano retraído, devido às altas taxas de juros e à redução do consumo, a operação de El Salvador manteve os volumes de faturamento quando comparado com o ano de 2021/2022.

A receita bruta consolidada da Companhia no exercício de 22/23 atingiu o montante de R$ 928.325 mil em comparação aos R$ 928.542 mil do período anterior, praticamente sem variação. A redução no faturamento da Controladora foi compensada pelo incremento de 3,4% na receita da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V.

O EBITDA ajustado sem equivalência da Controladora atingiu R$ 19.913 mil no ano de 22/23, com uma redução de R$ 1.222 mil comparado ao período anterior, em função da queda do volume de vendas de tecidos. A margem do EBITDA ajustado foi de 6,0%, permanecendo estável em relação ao exercício de 21/22.

O EBITDA ajustado consolidado atingiu o valor de R$ 108.232 mil, ficando R$ 9.095 mil acima do mesmo período do exercício anterior, impulsionado pelo desempenho da Controlada que foi de R$ 88.319 mil em 22/23, apresentando um crescimento de R$ 10.317 mil em relação ao ano 21/22. A margem EBITDA consolidada atingiu 12,9%, um incremento de 1.1 p.p em relação ao período anterior, impactado positivamente pela melhora da margem bruta da Controlada.

A Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com

um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
Não há.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os instrumentos financeiros da Companhia estão basicamente representados na contabilidade pelas contas ativas de caixa, equivalentes de caixa e clientes; pelas contas passivas de fornecedores, instituições financeiras, as quais estão avaliadas a valores justos de realização, tendo como base metodologias de avaliação estabelecidas nos contratos específicos.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, eles estão apresentados da seguinte forma:

Aplicações financeiras: estão distribuídas no mercado bancário em instituições tradicionais solidamente estabelecidas.

Clientes: são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas.

Riscos com taxa de câmbio: decorrem da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. Os valores relacionados na tabela abaixo representam parte dos saldos contabilizados, não sendo possível a conciliação com os valores apresentados no balanço.

	Controladora			
	30/06/2023			
	R$	**US$**	**E$**	**JPY$**
Clientes	2.737.115	568.031	-	-
Numerários em andamento	7.496.390	1.524.191	28.875	-
Outros ativos	1.376.801	275.718	-	-
Adiantamento a fornecedores	3.841.926	338.958	417.920	-
Total Ativo	**15.452.232**	**2.706.898**	**446.795**	**-**
Fornecedores	(7.253.488)	(22.000)	(908.422)	(71.001.721)
Financiamento de imobilizado	-	-	-	-
Empréstimos	(3.289.125)	-	(497.285)	-
Arrendamento mercantil a pagar	(460.280)	-	(87.483)	-
Adiantamento de clientes	(682.843)	(141.692)	-	-
Total Passivo	**(11.685.736)**	**(163.692)**	**(1.493.190)**	**(71.001.721)**
Exposição líquida	**3.766.496**	**2.543.206**	**(1.046.395)**	**(71.001.721)**

Derivativos: a Controladora mantém instrumentos derivativos visando a proteção de operações de importações, exportações e recebimento de dividendos de sua Controlada. Os ganhos ou perdas (resultado financeiro) são reconhecidos por competência no resultado. Os contratos de travas de importação têm seu valor desembolsado no ato do contrato, sendo registrado no Ativo pelo seu valor integral e atualizado pelo seu valor justo, enquanto os contratos de travas de exportação são registrados pelo seu valor justo. A Administração da Companhia

monitora permanentemente os instrumentos financeiros derivativos. Abaixo estão apresentados os saldos dos contratos e os ganhos e perdas nos períodos:

		Valores em 30/06/2023				
Vencimentos	**Operação**	**Valor contratado em US$**	**Valor contratado em R$**	**Ganhos / (perdas) R$**	**Ganhos/(perdas) U$**	**Operações**
jan/24	Trava de importação	400.000	2.006.400	(14.901)	3.092	Compras futuras
abr/24	Trava de importação	200.000	997.000	(33.160)	6.881	Compras futuras
set/23	Swap	-	20.000.000	598.523	124.196	Empréstimos
	Total	**600.000**	**23.003.400**	**550.462**	**134.169**	

Análise de sensibilidade adicional

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração ou aumento de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, com base na Instrução CVM n. 475/08.

			Impacto no resultado			
		Cenário Atual	**Cenário I**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário II**
			25%	**-25%**	**50%**	**-50%**
Taxa de juros DI	**Valor contábil**	**12,65%**	**15,81%**	**9,49%**	**18,98%**	**6,33%**
Empréstimos	(65.041.817)	(8.878.208)	(11.097.760)	(7.102.566)	(13.317.312)	(5.918.805)
Aplicações financeiras	46.639.971	6.366.356	7.957.945	5.093.085	9.549.534	4.244.237
	(18.401.846)	(2.511.852)	(3.139.815)	(2.009.481)	(3.767.778)	(1.674.568)
Variação			(627.963)	502.370	(1.255.926)	837.284

Posicionamento Financeiro

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

ENDIVIDAMENTO (*R$ mil*)	Controladora				Consolidado			
	4º Trim. 2022/2023	3º Trim. 2022/2023	2º Trim. 2022/2023	1º Trim. 2022/2023	4º Trim. 2022/2023	3º Trim. 2022/2023	2º Trim. 2022/2023	1º Trim. 2022/2023
Caixa e bancos *	8.023	2.870	969	1.610	51.692	44.185	42.509	42.027
Aplicações financeiras	46.640	52.620	68.378	31.871	65.917	72.942	84.031	80.531
Empréstimos de curto prazo	39.402	41.770	48.257	39.453	91.236	114.277	115.616	126.514
Empréstimos de longo prazo	25.640	30.738	35.118	13.636	122.077	140.515	155.743	125.716
Dívida Bruta	**65.042**	**72.509**	**83.375**	**53.089**	**213.312**	**254.792**	**271.359**	**252.230**
Dívida Líquida	**10.379**	**17.018**	**14.029**	**19.608**	**95.704**	**137.666**	**144.820**	**129.672**

Dívida Líquida / EBITDA LTM	**0,5x**	0,7x	0,6x	0,9x	**0,9x**	1,3x	1,4x	1,3x

* Reclassificação dos valores de Câmbios a Liquidar para Caixa e Bancos, em relação aos dados apresentados nos trimestres anteriores

A Controladora encerrou o exercício com um endividamento bruto de R$ 65.042 mil, em comparação aos R$ 72.509 mil do último trimestre, uma redução de R$ 7.467 mil comparado com o trimestre anterior, resultando na queda do endividamento líquido em R$ 6.639 mil, decorrência do aumento de geração de caixa operacional. O índice de alavancagem do trimestre foi de 0,5x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando uma significativa queda de 0,4x em relação ao fechamento do período anterior.

No consolidado, a Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período. A companhia mantém a estratégia de melhorar o perfil da dívida, através do alongamento e redução no custo da dívida para as novas captações, posicionando a maior parte do endividamento no longo prazo com taxas mais atrativas.

EBITDA

EBITDA (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Lucro Líquido	48.998	67.508	*-27,4%*	48.998	67.508	*-27,4%*
Minoritários	-	-	*n/a*	19.609	14.629	*34,0%*
IRPJ e CSLL	14.531	26.497	*-45,2%*	14.533	26.500	*-45,2%*
Resultado Financeiro Líquido	(5.721)	(21.891)	*-73,9%*	3.772	(15.038)	*-125,1%*
EBIT	**57.808**	**72.114**	***-19,8%***	**86.912**	**93.599**	***-7,1%***
Depreciações e Amortizações	8.298	5.404	*53,6%*	29.289	27.459	*6,7%*
EBITDA	**66.106**	**77.518**	***-14,7%***	**116.201**	**121.058**	***-4,0%***
Margem EBITDA	*19,9%*	*22,4%*	*-2,5p.p*	*13,8%*	*14,3%*	*-0,5p.p*
Equivalência Patrimonial	(46.194)	(34.462)	*34,0%*	-	-	*n/a*
Eventos Não Recorrentes *	-	(21.921)	*-100,0%*	(7.970)	(21.921)	*-63,6%*
EBITDA Ajustado	**19.912**	**21.134**	***-5,8%***	**108.232**	**99.137**	***9,2%***
Margem EBITDA Ajustado	*6,0%*	*6,1%*	*-0,1p.p*	*12,9%*	*11,7%*	*1,1p.p*

* Valores não recorrentes da PTCA: + R$ 11.204 mil: reversão de provisões de passivo laboral

- R$ 3.234 mil: reconhecimento de obsolescência de estoques

Controladora

O EBITDA ajustado sem equivalência da Controladora atingiu R$ 19.913 mil no ano de 22/23, com uma redução de R$ 1.222 mil comparado ao período anterior, em função da queda do volume de vendas de tecidos. A margem do EBITDA ajustado foi de 6,0%, permanecendo estável em relação ao exercício de 21/22.

Consolidado

O EBITDA ajustado consolidado atingiu o valor de R$ 108.232 mil, ficando R$ 9.095 mil acima do mesmo período do exercício anterior, impulsionado pelo desempenho da Controlada que foi de R$ 88.319 mil em 22/23, apresentando um crescimento de R$ 10.317 mil em relação ao ano 21/22. A margem EBITDA consolidada atingiu 12,9%, um incremento de 1.1 p.p em relação ao período anterior, impactado positivamente pela melhora da margem bruta da Controlada.

Resultados

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional
Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Não se aplica

c. Eventos ou operações não usuais
Nada a destacar.

10.4. Os diretores devem comentar
a. Mudanças significativas nas práticas contábeis
b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas políticas contábeis no exercício. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados:

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor
Não se aplica

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1. Moeda funcional, transações e saldos em moeda estrangeira

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional da controlada está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Pettenati Centro América S.A. de C.V.	PTCA	Dólar	El Salvador

d. Transações e saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

30.1 Base de consolidação

g) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

h) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

i) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

j) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as

políticas adotadas pela Controladora.

k) Critérios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementados com a eliminação dos investimentos na empresa Controlada, dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação, dos lucros/perdas não realizados e das transações a realizar. As demonstrações financeiras consolidadas da Controlada foram convertidas para reais, com base na taxa corrente de venda do dólar americano vigente em 30 de junho de 2023 para saldos patrimoniais e pela taxa na data de cada operação, para as movimentações de resultado, sendo que esta segue os mesmos princípios contábeis da controladora.

l) Investimentos mensurados ao valor justo

Existe ainda um investimento em uma empresa, através da Controlada, na qual a Companhia não possui controle, controle conjunto ou influência significativa, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Estes investimentos são contabilizados pelo método de valor justo e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo gastos de transação.

As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o resultado quando do recebimento de dividendos.

A Companhia participa, indiretamente, na Supertex S.A de C.V. através da sua Controlada, com um percentual de 10%.

30.2 Reconhecimento de contrato com cliente

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, do ajuste a valor presente, bem como para as demonstrações financeiras anuais consolidadas, são eliminadas as operações entre as empresas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um exercício e premissas especificadas. Para contratos que permitem a devolução, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um ativo e um passivo de devolução são reconhecidos.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Os juros incidentes sobre as contas a receber, assim como o ajuste a valor presente das contas a receber são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Tecido e confecção	Os clientes obtêm controle da produção de tecidos e confecção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes ou entregues sob cuidados dos transportadores,	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Este momento ocorre geralmente quando os produtos são entregues nas instalações dos clientes ou quando retirados por transportadores contratados pelos clientes.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
	contratados pelos clientes. As faturas são emitidas no momento da saída das mercadorias das fábricas. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30-45 dias.	Para contratos que incluem a possibilidade de devolução de mercadorias por parte do cliente, o reconhecimento da receita ocorre somente quando é altamente provável que não haverá uma reversão significativa do valor da receita já reconhecida A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo, quando aplicável.

30.3 Instrumentos financeiros

(ii) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando A Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(iii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato)

acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(vii) Apresentação dos juros pagos no demonstrativo dos fluxos de caixa

A Companhia adotou como política contábil a apresentação do montante de juros pagos, dentro das atividades de financiamentos, em sua demonstração dos fluxos de caixa. Esta definição está vinculada a uma melhor apresentação dentro do curso normal dos negócios.

30.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no cálculo do custo médio. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As perdas com a realização de estoques são reconhecidas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos sem que o valor de realização for menor que o custo médio dos estoques.

30.5 Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos estão apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

Para os demais passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

b. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um benefício do segmento têxtil é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. As subvenções relacionadas a aquisição de ativos são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

30.6 Investimentos

O investimento na Controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e reconhecido no resultado do exercício. No caso das variações cambiais de investimento em Controlada no exterior, no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição e ajustados aos valores recuperáveis.

30.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Imóveis	1%	4%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5%	10%
Móveis e Utensílios	7%	12%
Computadores e Periféricos	6%	15%
Veículos	3%	12%
Instalações	4%	9%
Equipamento Fotovoltaico	-	5%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

30.8 Ativos intangíveis

As patentes registradas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada.

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas utilizadas para o cálculo da amortização foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Marcas e Patentes	14%	14%
Softwares	11%	18%

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(viii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do devedor;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ix) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

30.9 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBCTG 06/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação em exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A depreciação do ativo de direito de uso é realizada usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

30.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

30.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem as receitas de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

a. Imposto de renda e contribuição social

Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas

de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

Controlada no exterior
A Pettenati Centro América S.A. de C.V. está enquadrada nos benefícios da Lei de Zonas Francas Industriais e de Comercialização.

Um dos benefícios proporcionados por esta legislação é o não recolhimento de imposto de renda sobre as atividades incentivadas, ou seja, não há incidência de imposto de renda sobre atividades de fabricação e comercialização de tecidos.

Para preservar os benefícios estabelecidos por esta norma, é necessário que todos os nossos produtos sejam exportados para zonas francas ou fora de El Salvador e não devem ser vendidos a comerciantes locais salvadorenhos.

(x) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(xi) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais

serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

30.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia possui plano de benefício a empregados que inclui participação nos lucros, quando estes ocorrem. Tal plano de participação não é estatutário, não existindo, portanto, a obrigatoriedade de realizá-lo.

30.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Pettenati é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do dividendo obrigatório é contabilizado inicialmente em conta específica de Patrimônio Líquido e somente é reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

30.14 Resultado por ação

O cálculo é efetuado utilizando a quantidade média de ações durante o exercício reportado. Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes, em exercícios em que a Companhia gerar lucro, tendo prioridade no recebimento dos dividendos. No caso em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos a que fizerem jus no período não superior a 3 exercícios consecutivos, essas ações preferenciais adquirirão direito a voto até que o valor volte a ser pago, conforme estatuto.

30.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

30.16 Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia considera que dentro de suas vendas existe um componente financeiro, assim como, em suas compras. Desta forma, o componente financeiro da receita é apresentado como uma receita financeira e o componente financeiro incluído nas compras é apresentado como uma despesa financeira, a fim de apresentar de forma adequada os fluxos de caixa operacionais que fluem da ou para a Companhia.
O cálculo é realizado *pro rata die* entre a data do reconhecimento do ativo ou passivo e a sua data esperada para liquidação. A taxa de risco é ajustada prospectivamente sempre que há alterações no risco da própria Companhia.

Quando há liquidação em exercício diferente do esperado, os ajustes são reconhecidos prospectivamente no resultado.

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 1,74859% . A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e

- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não se aplica

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não se aplica

iv. Contratos de construção não terminada
Não se aplica

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação
Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não se aplica.

10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

INVESTIMENTOS (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Imóveis	-	-	*N/A*	995	0	*N/A*
Máquinas e equipamentos industriais	26.649	23.993	*11%*	56.358	42.325	*33%*
Instalações	16.971	4.634	*266%*	21.707	5.717	*280%*
Móveis e utensílios	1.157	1.360	*-15%*	4.395	4.438	*-1%*

Equipamento fotovoltaico	-	-	*N/A*	1.009	4.087	*-75%*
Equipamentos de informática	784	1.287	*-39%*	1.107	2.097	*-47%*
Outros	1.137	550	*107%*	1.234	809	*53%*
Total	**46.698**	**31.823**	***47%***	**86.806**	**59.473**	***46%***

O montante investido pela Controladora no período foi de R$ 46.698 mil, superando em 47% o valor de R$ 31.823 mil do exercício anterior. A Companhia intensificou os investimentos no último exercício, principalmente na área fabril, abrangendo máquinas, equipamentos e infraestrutura. Durante o período de 22/23, ocorreu além da renovação e modernização de ativos fabris, as principais fases de entrega, montagem e sincronização de equipamentos e softwares do Projeto Armazém Inteligente da nova expedição.

O montante investido na Controlada no exercício de 22/23 foi de R$ 40.108 mil, um incremento de 45% em relação ao exercício anterior, destinados ao crescimento da capacidade instalada e à modernização e otimização da eficiência produtiva do parque fabril.

O montante consolidado dos investimentos totalizou R$ 86.806 mil no exercício, um crescimento de 46% em relação ao ano anterior.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria geração de caixa, o financiamento direto com fornecedores e o capital de giro da empresa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

Anexo V
Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido
ANEXO 9-1-II – INSTR. CVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício findo em 30 de junho de 2023, a Companhia registrou lucro ajustado de R$ 49.369.189.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Descrição	30/06/2023
Lucro Líquido	**48.997.920**
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	**49.369.189**
Destinações Propostas	**49.369.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	**85.000.000**
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	**10.200.000**
Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual proposto para distribuição corresponde a 12% do Capital Social.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não estão sendo propostos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos	Ações	
	Preferenciais	Ordinárias
Montante total proposto	R$ 6.799.697	R$ 3.400.303
Montante proposto por ação	0,212294393	0,212294393

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A forma de pagamento será mediante crédito em conta bancária do acionista, cadastrada junto ao banco escriturador das ações da Companhia. O prazo de pagamento dos dividendos será definido na AGOE no ato da aprovação.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização de juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os dividendos serão declarados na AGOE, assim como a identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respetivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ação	Período	Ordinárias	Preferenciais
Resultado Líquido	2022/2023	1,019802	1,019802323
	2021/2022	1,405054	1,405054
	2020/2021	1,105308	1,105308
	2019/2020	-0,045439	-0,045439
	2018/2019	0,505949	0,505949
Dividendos	2022/2023	0,212294	0,212294393
	2021/2022	0,318748	0,318748
	2020/2021	0,206553	0,206553
	2019/2020	-	-
	2018/2019	0,072643	0,072643
Juros /Capital Próprio	2018/2019	0,104066	0,104066

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Foi destinado o montante de R$ 2.449.896 à constituição da Reserva Legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Valor
Lucro líquido do exercício	48.997.920
Parcela destinada	5%
Reserva legal constituída	**2.449.896**

O saldo de R$ 15.649.896,00 foi constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

O capital da Companhia é distribuído em ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As ações preferenciais têm direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes e aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, a proposta de distribuição de resultados contempla o pagamento integral dos dividendos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Prevê o Estatuto da Companhia que do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e

(c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.
O montante destinado a reserva foi calculado conforme o quadro abaixo:

Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Está sendo destinado o valor de R$ 10.608.603 para Reserva de Subvenção para Investimento.

b. Explicar a natureza da destinação

Os valores destinados à Reserva de Subvenção para Investimento se referem à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído pela Companhia, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS, conforme Decreto (RS) 55.919 de 06 de junho de 2021.

Anexo VI
Informações sobre a remuneração dos administradores

A proposta para remuneração dos administradores que será apresentada para deliberação na Assembleia Geral de 31 de outubro de 2023, será no valor global mensal de até R$ 480.000,00 que compreende o conselho de administração e a diretoria.

O valor poderá ser corrigido mensalmente com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice oficial de aferição da desvalorização da moeda que vier a substituí-lo.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções. Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos e assistência médica.

A parte fixa tem por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado e a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso a saúde.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a não menos do que 10% da que em média for atribuída a cada Diretor.

Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado em Assembleia Geral.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão	Honorários Fixos				Assistência Médica - benefícios			
	2022/2023	2021/2022	2020/2021	2019/2020	2022/2023	2021/2022	2020/2021	2019/2020
Conselho de Administração	100,00%	100,00%	98,60%	98,70%	0,00%	0,00%	1,40%	1,30%
Conselho Fiscal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Diretoria	91,00%	93,00%	95,30%	94,40%	9,00%	7,00%	5,70%	5,60%

iii.metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado bem como parâmetros de inflação e a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados nos órgãos de administração da companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários obedecem às práticas de mercado, bem como parâmetros de inflação.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham as práticas usuais de mercado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos definidas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Prevista

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	550.000	230.000	3.800.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	10.000	-	260.000
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão			
Valor total da remuneração	560.000	230.000	4.060.000

Exercício 2022/2023

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	4
Membros remunerados	2	3	4
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	404.800	261.600	4.268.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	309.878
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.000.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	404.800	261.600	4.268.000
Valor total da remuneração	404.800	261.600	5.927.878

Exercício 2021/2022

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	368.000	251.520	3.900.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	293.477
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.350.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	368.000	251.520	5.543.477
Valor total da remuneração	368.000	251.520	5.543.477

Exercício 2020/2021

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	355.250	217.140	3.619.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	5.165	-	217.316
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	750.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	360.415	217.140	4.586.316
Valor total da remuneração	360.415	217.140	4.586.316

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- **a. órgão**
- **b. número total de membros**
- **c. número de membros remunerados**
- **d. em relação ao bônus:**
  - **i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
  - **ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
  - **iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
  - **iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**
- **e. em relação à participação no resultado:**
  - **i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
  - **ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
  - **iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
  - **iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**

Remuneração Variável paga no exercício 2022/2023			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria**
Número total de membros	3	3	4
Número de membros remunerados	2	3	4
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	1.000.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "*Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)*".			

Remuneração Variável paga no exercício 2021/2022			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria**
Número total de membros	3	3	5
Número de membros remunerados	2	3	5
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	1.350.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "*Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)*".			

Remuneração Variável paga no exercício 2020/2021			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria**
Número total de membros	3	3	5
Número de membros remunerados	2	3	5
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	750.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "*Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)*".			

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais
b. principais objetivos do plano
c. forma como o plano contribui para esses objetivos
d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
f. número máximo de ações abrangidas
g. número máximo de opções a serem outorgadas
h. condições de aquisição de ações
i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
j. critérios para fixação do prazo de exercício
k. forma de liquidação
l. restrições à transferência das ações
m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
- **i. data de outorga**
- **ii. quantidade de opções outorgadas**
- **iii.prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- **iv. prazo máximo para exercício das opções**
- **v. prazo de restrição à transferência das ações**
- **vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
  - **em aberto no início do exercício social**
  - **perdidas durante o exercício social**
  - **exercidas durante o exercício social**
  - **expiradas durante o exercício social**

e. valor justo das opções na data de outorga
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não se aplica.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções ainda não exercíveis
- **i. quantidade**
- **ii. data em que se tornarão exercíveis**
- **iii.prazo máximo para exercício das opções**

iv. prazo de restrição à transferência das ações
v. preço médio ponderado de exercício
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

d. em relação às opções exercíveis

i. quantidade
ii. prazo máximo para exercício das opções
iii.prazo de restrição à transferência das ações
iv. preço médio ponderado de exercício
v. valor justo das opções no último dia do exercício social
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
c. em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações
ii. preço médio ponderado de exercício
iii.valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

d. em relação às ações entregues informar:

i. número de ações
ii. preço médio ponderado de aquisição
iii.valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação
b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
d. forma de determinação da volatilidade esperada
e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil – 30/06/2023

Órgão	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	40	0
Diretoria	15.631.720	455.804
Conselho Fiscal	4	1376

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. nome do plano
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f. condições para se aposentar antecipadamente
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão	Membros	Membros Remunerados	Exercício 2022/2023			Exercício 2021/2022			Exercício 2020/2021		
			Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima
Conselho de Administração	3	2	525.000	262.500	175.000	504.000	368.000	120.000	216.000	168.000	120.000
Diretoria	5	4	4.314.000	1.078.500	862.800	3.552.000	739.200	432.000	1.200.000	739.200	432.000
Conselho Fiscal	3	3	107.850	107.850	107.850	73.920	73.920	73.920	73.920	73.920	73.920

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Jul./22 a Jun./23	Jul./21 a Jun./22	Jul/20 a Jun./21
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	75,48%	78,50%	87,19%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Nada a informar.

Otávio Ricardo Pettenati
Diretor Presidente e de RI

Anexo VII

Currículos dos candidatos e informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (se for o caso), na AGOE a ser realizada no dia 31 de outubro de 2023.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração:

a. Nome	**Carla Francisca Pettenati**	**Cláudio José Rossi**
b. Data de nascimento	11/01/1969	17/04/1946
c. Profissão	Industrial	Economista
d. CPF	552.980.440-34	006.599.670-49
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração e Diretora Comercial	Vice-presidente do Conselho de Administração
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	28/10/2022	28/10/2022
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	0	8
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Superior em letras e Inglês Saint Godric's - Cambridge College - Londres Inglaterra. Superior incompleto em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro de Administração até a presente data e Diretor Administrativo e de Relações com investidores até Out/2013. – Atividade principal: indústria têxtil
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal:

Membros titulares		
a. Nome:	**Zulmar Neves**	**Renato Gomes Ritter**
b. Data de nascimento	24/03/1950	16/06/1954
c. Profissão	Advogado	Contador
d. CPF	009.650.490-00	208.090.500-72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro fiscal	Conselheiro fiscal
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	28/10/2022	28/10/2022
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	14	1
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor geral até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia. Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – foi membro do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores, rebocados e de vagões	Pettenati S/A - Indústria Têxtil - 21/06/1986 - 02/06/2022 Cargo Inicial: Chefe Departamento de Custos Cargo intermediário: Gerente de Custos Cargo intermediário: Gerente de Custos e Planejamento Cargo Final: Assessor da Presidência Produtos Alimentícios Corsetti S/A – 26/05/77 a 20/01/86 Cargo Inicial: Encarregado de Crédito e Cobrança Cargo intermediário: Chefe de custos Cargo Final: Contador, Custos e Planejamento Luiz Michielon S/A Ind. E Com – 03/04/75 a 09/02/77 Cargo inicial: Auxiliar de Contabilidade Cargo intermediário: Chefe Departamento De Pessoal Cargo intermediário: Chefe de escritório Cargo Final: Contador
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Membros suplentes		
a. Nome:	**João Carlos Franzoi Basso**	**Theodoro Firmbach**
b. Data de nascimento	29/04/1968	14/10/1935
c. Profissão	Advogado	Advogado
d. CPF	527.287.140-53	003.486.600-06
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal	Conselheiro fiscal
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	-	-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	14	4
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal suplente até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% de participação nas reuniões
Carla Francisca Pettenati	Presidente do Cons. de Administração	100,0%
Claúdio José Rossi	Vice-Presidente do Cons. de Administração	100,0%
Murici dos Santos	Conselheiro de Administração	100,0%
Zulmar Neves	Conselheiro fiscal titular	100,0%
Maria Elvira Lopes Gimenez	Conselheiro fiscal titular	100,0%
Renato Gomes Ritter	Conselheiro fiscal titular	100,0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Conselho consultivo

a. Nome:	**Ottavio Pettenati**	**Franceschina Libonatti Pettenati**
b. Idade	09/05/1937	11/07/1948
c. Profissão	Empresário	Empresária
d. CPF	004.266.870-00	098.321.650-91
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do conselho consultivo	Conselheira consultiva
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	28/10/2022	28/10/2022
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	5	5
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) - Presidente do Conselho Consultivo até esta data – Atividade principal: indústria têxtil e Gladium Administração e Participações Ltda. – sócio-diretor – Atividade principal: holding detentora de participações societárias na Pettenati S/A.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheira Consultiva até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% de participação nas reuniões
Ottavio Pettenati	Presidente do conselho consultivo	100,00%
Franceschina Libonati Pettenati	Conselheira consultiva	100,00%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de administradores na AGOE de 28 de outubro de 2023, somente as pessoas abaixo relacionadas têm relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

Ottavio Pettenati – Presidente do Conselho Consultivo

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Pai de Otávio Ricardo Pettenati - Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Pai de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Pai de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Pai de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Franceschina Libonati Pettenati – Conselheira Consultiva

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Mãe de Otávio Ricardo Pettenati - Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Mãe de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Mãe de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Mãe de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Esposa de Ottavio Pettenati – Presidente do Conselho Consultivo

Otávio Ricardo Pettenati –Diretor Presidente e de RI e Sócio administrador de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filho de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmão de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmão de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmão de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial, Presidente do Conselho de Administração, e Sócia de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filha de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e Sócia de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filha de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e Sócia administradora de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filha de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo

- ⇨ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Os candidatos a administradores e fiscais da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.

ANEXO VIII
Estatuto Social com atual redação e com alterações propostas, nos termos do art. 11 da Instrução CVM 481/09

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	ESTATUTO SOCIAL APÓS ALTERAÇÕES
I – Denominação, sede, objeto e duração da sociedade	
Art. 1º - A sociedade terá por denominação social Pettenati S/A Indústria Têxtil e reger-se-á pelos presentes estatutos e disposições que lhe forem aplicáveis.	Artigo não alterado
Art. 2º - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, podendo abrir sucursais, depósitos, agências e filiais em todo o território nacional, e ou exterior, a critério de sua diretoria.	Artigo não alterado
Art. 3º - A sociedade tem por objeto a indústria e comércio de malharia e fiação, compreendendo a confecção de artigos do vestuário em ponto de malha, de tecelagem com fios de lã, algodão, acrílico e outros, sua importação e exportação, representações, comissões e consignações de produtos correlatos ao seu ramo de indústria, bem como participar em outras empresas.	Artigo não alterado
Art. 4º - A sociedade é instituída por tempo indeterminado.	Artigo não alterado
II – Capital, Ações e Acionistas	
Art. 5º - O capital social é de R$ 85.000.000,00 (Oitenta e cinco milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.	Art. 5º - O capital social é de R$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.
Parágrafo 1 – As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 2 – Os possuidores de ações preferenciais, poderão assistir as Assembleias Gerais e tomar parte nos respectivos debates, sem o exercício de direito de voto.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 3 – Poderão ser emitidas ações preferenciais até 2/3 (dois terços) do total de ações.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 4 – Por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas, e sem valor nominal.	Parágrafo não alterado

Parágrafo 5 - As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, lhes sendo assegurado, juntamente com os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.	Parágrafo não alterado
Art. 6º - Todas as ações da sociedade serão escriturais, obedecendo às disposições dos artigos 34 e 35 da Lei 6404/76 de 15/12/1976, e as demais prescrições legais e regulamentares.	Artigo não alterado
Art. 7º - As ações serão mantidas em conta de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.	Artigo não alterado
Art. 8º - Fica assegurado aos senhores acionistas a livre cessão, venda ou transferência de ações, tanto ordinárias como preferenciais, sendo facultado a instituição depositária a cobrança de custos do serviço, observados os limites máximos legais.	Artigo não alterado
Art. 9º - Cada ação ordinária escritural dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 10º - As ações serão indivisíveis em relação à sociedade, que só reconhecerá um proprietário para cada ação.	Artigo não alterado
Art. 11º - Determinado o aumento do capital, caberá aos acionistas a preferência para a respectiva subscrição, na proporção das ações que possuírem, fixando-se o prazo da decadência de 30 dias para o exercício do direito, contados a partir da data da publicação de aviso aos acionistas.	Artigo não alterado
III – Administração	
Art. 12º - A administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração, órgão colegiado de deliberação, e por uma Diretoria na função executiva, cujos membros poderão ser reeleitos.	Artigo não alterado
Art. 13º - A investidura dos Conselheiros e Diretores efetuar-se-á mediante assinatura de termo lavrado nos livros próprios, dispensando-se quaisquer garantias para exercício dos cargos.	Artigo não alterado
Art. 14º - A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, será fixada pela Assembleia Geral.	Artigo não alterado
IV – Conselho de Administração	
Art. 15º - O Conselho de Administração será composto de até cinco membros, pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, com mandato de um ano.	Artigo não alterado

Art. 16º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos dentre seus membros, em Reunião de Conselho. Parágrafo 1 – Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Conselho este será substituído pelo Vice-Presidente. Parágrafo 2 – No caso de impedimento temporário de qualquer um dos Conselheiros este poderá ser substituído por qualquer outro. Parágrafo 3 – O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Presidente terá voto de qualidade, as reuniões serão convocadas por seu Presidente, sempre que assim exigirem os interesses sociais, podendo as Reuniões ter início com o comparecimento de no mínimo 2 (dois) Conselheiros. Parágrafo 4 – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.	Artigo não alterado
Art. 17º - Compete ao Conselho de Administração: (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) Eleger e destituir os diretores da sociedade; (c) Fiscalizar a gestão dos diretores examinado a qualquer tempo os livros e papéis, da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados a quaisquer outros atos; (d) Convocar a Assembleia Geral quando julgar convenientes ou nos casos estabelecidos em lei; (e) Manifestar-se sobre o relatório de administração e as contas da diretoria; (f) Escolher e destituir os auditores independentes; (g) Deliberar sobre a emissão de ações, nos limites do artigo 5, parágrafo 4, deste estatuto; (h) Autorizar a aquisição de ações emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes; (i) Declarar dividendos a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores; (j) Deliberar sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, na forma e condições referidas no parágrafo segundo do artigo 40, do Estatuto Social; (k) Autorizar a sociedade e/ou controladas a concessão de empréstimos e financiamentos, quando relevantes, a empresas subsidiarias diretas ou indiretas;	Artigo não alterado

(l) Autorizar a aquisição e/ou alienação de ativos e de participações societárias quando reputadas como relevantes na forma da lei; (m) Autorizar a sociedade a constituir empresas subsidiárias no Brasil e no exterior; (n) Autorizar a concessão, pela Sociedade ou por qualquer de suas controladas, de garantia real ou fidejussória, desde que relevantes, em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente ou em favor de subsidiária, em quaisquer hipóteses, em uma ou mais operações, sempre no interesse da Sociedade; (o) Deliberar, se e quando julgar conveniente, sobre a instalação do Conselho Consultivo para aconselhamento dos membros do Conselho de Administração, fixando o número de conselheiros, remuneração e regras de funcionamento deste órgão, bem como de outros Comitês do Conselho de Administração.	
Art. 18º - O Conselho Consultivo será composto por até 3 (três) membros; entre e por eles, um será designado de Coordenador e os demais não terão denominação específica. § 1º - O prazo de mandato será de 1 (um) ano, permitida a reeleição; § 2º - O Conselho Consultivo terá a atribuição de opinar sobre assuntos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho de Administração; § 3º- As recomendações e os pareceres do Conselho Consultivo não vincularão os diretores e os conselheiros de administração, e serão aprovados por maioria de seus integrantes, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade; § 4º - A remuneração dos Conselheiros Consultivos será fixada pelo Conselho de Administração, e será absorvida pelos valores fixados pela Assembleia Geral para remuneração dos administradores.	Artigo não alterado
V – Diretoria	
Art. 19º A diretoria será composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Industrial, Diretor de Controladoria e Finanças, Diretor de RH e Compliance e Diretor, todos residentes no país	Artigo não alterado
Art.20º - O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano.	
Art. 21º - Em caso de vaga ou impedimento de qualquer membro da Diretoria, o Conselho de Administração indicará o novo titular que completará o mandato do substituído.	
Art. 22º - Caberá ao Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno e externo; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao	Artigo não alterado

Diretor de Controladoria e Finanças caberá a direção dos setores de controladoria e financeiro, ao Diretor de RH e Compliance caberá a direção do setor de RH e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais	
Art. 23º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente: (a) pelo Presidente, isoladamente, ou; (b) por dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor de Controladoria e Finanças, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de RH e Compliance, ou ainda; por um dos Diretores de Controladoria e Finanças, Comercial, Industrial, de RH e Compliance, em conjunto com um procurador.	Artigo não alterado
Art. 24º - A Diretoria poderá nomear procuradores ou mandatários, para fins específicos.	Artigo não alterado
Art. 25º - É vedado a Diretoria e Procuradores o uso da empresa em avais, ou quaisquer outras formas de obrigações, diretos ou indiretos, quando a operação for estranha aos interesses sociais.	
Art. 26: Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura: (a) do Presidente, isoladamente, ou; (b) de dois Diretores, sendo um deles necessariamente, Diretor de Controladoria e Finanças, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de RH e Compliance, ou ainda; (c)de um dos Diretores de Controladoria e Finanças, Comercial, Industrial ou de RH e Compliance, em conjunto com procurador.	Artigo não alterado
Art. 27º - A sociedade quando representada isoladamente pelo Presidente poderá, inclusive, participar em outras empresas.	Artigo não alterado
Art. 28º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, com um mínimo de 02 (dois) titulares, por convocação do Presidente, cabendo a este o voto de qualidade.	Artigo não alterado
Art. 29º - Na ausência do Presidente a reunião poderá ser convocada por qualquer um dos diretores.	Artigo não alterado
Art. 30º - As deliberações serão consignadas no livro de Atas de Reunião da Diretoria.	Artigo não alterado

VI – Conselho Fiscal	
Art. 31º - A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e iguais número de suplentes, acionistas ou não, podendo ser reeleitos.	Artigo não alterado
Art. 32º - O Conselho fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral, nos casos previstos no parágrafo 2, do Artigo 161, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
Art. 33º - O funcionamento do Conselho Fiscal irá até a primeira Assembleia Geral Ordinária, após a sua instalação.	Artigo não alterado
Art. 34º - Os honorários dos membros efetivos do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger, observando-se o disposto no parágrafo 3, do artigo 162, do mesmo diploma legal.	Artigo não alterado
VII – Assembleias Gerais	
Art. 35º - A Assembleia Geral dos acionistas, reunir-se-á ordinariamente, para fins previstos em lei, dentro dos 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.	Artigo não alterado
Art. 36º - Observarão as leis vigentes à convocação, instalação e realização das Assembleias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 37º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores, conforme o disposto no parágrafo 1, item IV, do artigo 126, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
Art. 38º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.	Artigo não alterado
Art. 39º - Prevalecerá sempre a deliberação da maioria absoluta do capital representado na Assembleia Geral, salvo disposição da lei em contrário.	Artigo não alterado
Art. 40º - Ficam suspensas quaisquer transferências de ações a partir da data de primeira convocação para qualquer Assembleia Geral, até a realização desta e durante os primeiros 10 (dez) dias do pagamento de dividendos fixados por Assembleia Geral, observado o disposto no Artigo 37, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
VIII – Exercício Social e Distribuição de Lucros	

Art. 41º - O Exercício Social terminará em 30 de junho de cada ano, procedendo-se as Demonstrações Financeiras com observância da legislação em vigor. Parágrafo 1 – Além do balanço geral a ser levantado no dia 30 de junho, poderão ser levantados balanços de períodos menores, podendo o Conselho de Administração declarar dividendos à conta dos lucros apurados, nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros. Parágrafo 2 – A companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio calculado sobre o Patrimônio Líquido, podendo referidos juros serem imputados ao valor do dividendo obrigatório previstos na letra "b" do artigo 42 e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social. O valor dos juros aqui previstos poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinado a aumento de capital, tudo de conformidade com a Lei número 9.249 de 26 de dezembro de 1995.	Artigo não alterado
Art. 42º - Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o parágrafo único abaixo, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas. Parágrafo único: A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.	Artigo não alterado
Art. 43º - O pagamento do dividendo será efetuado no prazo máximo de 60 dias, após a realização da Assembleia que aprovar as Demonstrações Financeiras, salvo se esta deliberar em contrário, porém, em qualquer caso, dentro do exercício social.	Artigo não alterado

IX – Dissolução e Liquidação da Sociedade	
Art. 44º - Em caso de dissolução da sociedade, a Assembleia nomeará o liquidante e se for o caso, o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.	Artigo não alterado
Art. 45º - A Assembleia que nomear o liquidante e o Conselho Fiscal fixar-lhe-á sua remuneração, seus deveres e poderes, segundo o estabelecido pela legislação em vigor.	Artigo não alterado
X – Disposições Gerais	
Art. 46º - Os casos omissos nestes estatutos, serão resolvidos de conformidades com a legislação consubstanciada na lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e com os usos e costumes vigentes.	Artigo não alterado
XI – Disposições Transitórias	
Art. 47º - O endereço da sociedade é em Caxias do Sul, neste Estado, a Estrada Estadual RSC 453 – km 2,4.	Artigo não alterado

ANEXO IX
Voto a distância, nos termos do art. 21-F da Instrução CVM 481/09

Data da atualização das informações: 28/09/2022

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - PETTENATI S.A. INDUSTRIA TEXTIL de 31/10/2023

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Antes de iniciar o preenchimento recomendamos ao acionista que acesse todos os documentos disponibilizados pela Companhia, relativos a Ordem do dia, onde as matérias estão descritas de forma mais detalhadas, disponíveis da sede da Companhia, em seu endereço eletrônico (www.pettenati.com.br) e nos endereços eletrônicos da B3 (www.b3.com.br e na CVM (www.cvm.gov.br). Este Boletim de Voto a Distância deverá ser preenchido em caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada. Para que este Boletim seja considerado válido e seus votos contabilizados nas deliberações das AGO/E, é imprescindível que todos os seus campos sejam devidamente preenchidos, suas páginas rubricadas e ao final assinado pelo acionista, ou seu representante legal.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá, preferencialmente, transmitir as instruções de preenchimento por meio dos respectivos agentes de custódia (caso as ações estejam depositadas em depositário central) ou à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração, sendo-lhe facultado o envio diretamente à Companhia. Por meio do agente de custódia ou instituição escrituradora: o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do seu respectivo agente de custódia, deverá transmitir as suas instruções de voto, até 7 dias antes da data de realização da AGO/E, com observância das regras determinadas pelo agente de custódia, que encaminhará referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Os acionistas deverão entrar em contato (i) com os seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (ii) com a Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. A central depositária da B3 desconsiderará quaisquer instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas por uma mesmo acionista, considerando, para tanto, o seu número de inscrição no CNPJ ou CPF. Diretamente à Companhia: caso o acionista opte por enviar o Boletim diretamente para a Companhia, deverá encaminhar os documentos abaixo relacionados, para o endereço da Companhia, RSC 453, KM 2,4, s/n, Caxias do Sul, RS, A/C Relações com investidores, devendo o acionista assegurar que a Companhia os receba em até 7 (sete) dias da data da realização da AGO/E: (i) via física do Boletim de voto, devidamente preenchido, rubricado e assinado com firmareconhecido por semelhança ou autenticidade; e, (ii) cópias dos seguintes documentos: (a) pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) pessoas jurídicas: último estatuto ou contrato social consolidado, os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do representante legal; (c) para fundos de investimento: o último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação e documento de identidade com foto do representante legal. A Companhia recomenda que os documentos originários de outros países, lavrados em outros idiomas que não o português, sejam acompanhados da respectiva tradução juramentada e a legalização consular, nos termos do Decreto 8.660/2016. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteirade classe profissional oficialmente reconhecida.
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia / Orientações sobre o sistema eletrônico de participação em assembleia, caso admita tal forma de participação. Pettenati S.A. Indústria Têxtil A/C Relações com Investidores RSC 453, KM 2,4 – Distrito Industrial CEP 95010- 550 – Caxias do Sul – RS e-mail: ri@pettenati.com.br

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar -São Paulo Atendimento a acionistas:
Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades) O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Deliberações / Questões relacionadas à AGO
1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do relatório dos auditores independentes e do parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023 [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
3. Eleger os membros do Conselho de Administração indicados pelo acionista controlador [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
4. Eleger os membros do Conselho de Administração indicados pelo acionista minoritários. [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
5. Deliberar sobre a remuneração mensal global dos administradores e do Conselho Fiscal, se eleito [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
6. Deliberar sobre a participação nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023 aos diretores no montante de R$ 1.000.000,00. [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
7. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por “não” ou “abster-se”, suas ações não serão computadas para fins de requerimento de instalação do conselho fiscal) [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Cidade :

Data :

Assinatura:

Telefone:

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGE - PETTENATI S.A. INDUSTRIA TEXTIL de 31/10/2023

Nome do Acionista

CNPJ ou CPF do acionista

E-mail

Orientações de preenchimento

Antes de iniciar o preenchimento recomendamos ao acionista que acesse todos os documentos disponibilizados pela Companhia, relativos a Ordem do dia, onde as matérias estão descritas de forma mais detalhadas, disponíveis da sede da Companhia, em seu endereço eletrônico (www.pettenati.com.br) e nos endereços eletrônicos da B3 (www.b3.com.br e na CVM (www.cvm.gov.br).

Este Boletim de Voto a Distância deverá ser preenchido em caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

Para que este Boletim seja considerado válido e seus votos contabilizados nas deliberações das AGO/E, é imprescindível que todos os seus campos sejam devidamente preenchidos, suas páginas rubricadas e ao final assinado pelo acionista, ou seu representante legal.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá, preferencialmente, transmitir as instruções de preenchimento por meio dos respectivos agentes de custódia (caso as ações estejam depositadas em depositário central) ou à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração, sendo-lhe facultado o envio diretamente à Companhia.

Por meio do agente de custódia ou instituição escrituradora: o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do seu respectivo agente de custódia, deverá transmitir as suas instruções de voto, até 7 dias antes da data de realização da AGO/E, com observância das regras determinadas pelo agente de custódia, que encaminhará referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Os acionistas deverão entrar em contato (i) com os seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (ii) com a Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. A central depositária da B3 desconsiderará quaisquer instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas por uma mesmo acionista, considerando, para tanto, o seu número de inscrição no CNPJ ou CPF.

Diretamente à Companhia: caso o acionista opte por enviar o Boletim diretamente para a Companhia, deverá encaminhar os documentos abaixo relacionados, para o endereço da Companhia, RSC 453, KM 2,4, s/n, Caxias do Sul, RS, A/C Relações com investidores, devendo o acionista assegurar que a Companhia os receba em até 7 (sete) dias da data da realização da AGO/E:

(i) via física do Boletim de voto, devidamente preenchido, rubricado e assinado com firmareconhecido por semelhança ou autenticidade; e,

(ii) cópias dos seguintes documentos: (a) pessoas físicas: documento de identidade comfoto do acionista; (b) pessoas jurídicas: último estatuto ou contrato social consolidado, os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do representante legal; (c) para fundos de investimento: o último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação e documento de identidade com foto do representante legal. A Companhia recomenda que os documentos originários de outros países, lavrados em outros idiomas que não o português, sejam acompanhados da respectiva tradução juramentada e a legalização consular, nos termos do Decreto 8.660/2016.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteirade classe profissional oficialmente reconhecida.

pEndereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia / Orientações sobre o sistema eletrônico de participação em assembleia, caso admita tal forma de participação.

Pettenati S/A Indústria Têxtil
A/C Relações com Investidores
RSC 453, KM 2,4 – Distrito Industrial CEP 95010-
550 – Caxias do Sul – RS e-mail:
ri@pettenati.com.br

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar -São Paulo Atendimento a acionistas:

Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades) O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Deliberações / Questões relacionadas à AGE
2. Aprovar o aumento do Capital Social, no valor de R$ 15.000.000, com alteração da redação do art. 5° do estatuto social, [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Cidade :

Data :

Assinatura:

Telefone: